

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MARCAÇÃO DE DEFINITUDE EM SINTAGMAS NOMINAIS DE LÍNGUAS DA
FAMÍLIA TUPÍ-GUARANÍ

Ana Gabriela Gomes Aguiar

Brasília

2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Ana Gabriela Gomes Aguiar

**MARCAÇÃO DE DEFINITUDE EM SINTAGMAS NOMINAIS DE LÍNGUAS
DA FAMÍLIA TUPÍ-GUARANÍ**

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora:

Prof^a Dr^a Heloísa Moreira Lima de Almeida Salles (UnB-LIP)

Brasília – DF

Maio

2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARCAÇÃO DE DEFINITUDE EM SINTAGMAS NOMINAIS DE LÍNGUAS DA
FAMÍLIA TUPÍ-GUARANÍ

Comissão examinadora

Profa. Heloisa Maria Moreira Lima Salles (UnB) – Presidente/ Orientadora

Profa. Cristina Schmitt - Michigan State University – membro

Profa. Marina M. S. Magalhães (UnB) – membro

Profa. Rozana Reigota Naves (UnB) – membro suplente

*Dedico esta dissertação a Deus, a minha
família e a minha orientadora pelo apoio,
força e incentivo. Sem eles nada disso
seria possível.*

Estamos na mesma situação que uma criança que entra numa biblioteca repleta de livros em muitas línguas. A criança sabe que alguém escreveu esses livros. Não sabe de que maneira, nem compreende os idiomas em que foram redigidos. A criança tem uma forte suspeita de que existe uma ordem misteriosa na organização dos livros, mas não sabe qual é essa ordem.

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos que precisei, recebendo as minhas orações e me dando tranquilidade durante os longos períodos de estudos.

Ao meu marido Robson, que foi meu maior incentivador. Em todos os momentos estive ao meu lado, torcendo por mim, dividindo os momentos de angústia e ansiedade. Não sei quantas vezes me senti culpada por estar afastada me dedicando aos estudos e você sempre compreendeu estes momentos como a realização do nosso sonho.

Aos meus pais José Gilberto e Márcia Regina, que me apoiaram e acreditaram no meu potencial. Nos momentos em que não pude estar tão próxima, vocês entenderam e oraram por mim.

Aos meus irmãos Pedro, Fernanda e Ester, por compreenderem as minhas ausências e incentivarem a conclusão deste trabalho.

Aos meus tios e tias, que estiveram a todo momento orando por mim e torcendo para que tudo desse certo;

Aos meus colegas de trabalho, que ouviram as minhas angústias e me incentivaram a continuar.

À minha chefe, Célia Gedeon, que colaborou para a conclusão desse trabalho. Obrigada pela compreensão a respeito da minha dedicação aos estudos.

Às professoras Rosana Naves, Helena Guerra e Eloísa Pilati, que são verdadeiros exemplos de pesquisadoras, em todas as matérias que realizei com vocês pude aprender um pouco mais sobre o Minimalismo e entender melhor o comportamento das línguas.

Ao professor Andrew Nevins, que, ao compartilhar seu conhecimento e trazer textos para discussão em sala de aula, permitiram minha reflexão sobre funcionamento das línguas.

Às professoras Marina Magalhães e Walkíria Praça que permitiram a utilização de seus dados neste estudo e responderam às minhas consultas com generosidade e interesse.

À Profa. Flávia de Castro Alves, pela orientação na Iniciação Científica. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação.

Aos meus colegas de discussão Manoel e Bruna, que durante o mestrado foram fundamentais para a compreensão de algumas teorias que, às vezes, pareciam ser impossíveis de serem entendidas.

À professora Heloísa Salles, que acreditou nesta pesquisa desde o início e com muita paciência me orientou. Em todas as reuniões que realizamos, aprendi muito sobre linguística, mas também aprendi sobre a vida. Obrigada, professora, os seus incentivos foram fundamentais para a conclusão desse trabalho e pelos ensinamentos de vida que ficaram comigo e não apenas em algumas folhas de papel.

Às secretárias Renata e Ângela e à Coordenação do PPGL, que garantem o funcionamento administrativo e acadêmico do nosso Programa, com dedicação, profissionalismo e cordialidade para com os alunos;

Aos colegas gerativistas, que, em Congressos e Encontros de que participei apresentando trabalhos, colaboraram com bibliografias e discussões sobre línguas que se assemelham às línguas Tupí-Guaraní e sobre o tema de minha pesquisa.

Por fim, agradeço aos povos indígenas, mesmo sem ter trabalhado diretamente com informantes indígenas, mas sabendo que os trabalhos que consultei envolvem sua participação essencial, pela generosidade com que deixam conhecer sua língua e sua cultura, apesar de todas as pressões que recebem contra sua integridade.

RESUMO

O conceito semântico/ pragmático de definitude pode ser considerado universal, pois é notório que a interpretação “definida” desempenha um papel importante, mesmo em línguas que não apresentem formalmente marcação de definitude. Adotando a perspectiva de Lyons (1999) de que a gramaticalização da definitude implica que a categoria D seja o veículo da definitude semântica, apresentada sintaticamente como o traço [+Def], opondo-se a línguas que não codificam a definitude na estrutura do sintagma nominal e, portanto, não teriam a categoria D, embora possam manifestar “efeitos de definitude”. Este estudo propõe-se examinar a realização da definitude nas línguas Tupí-Guaraní, do tronco linguístico Tupí.

Sendo assim, investigamos a estrutura do sintagma nominal dessas línguas, de modo a verificar a presença ou ausência da categoria D. Utiliza-se a proposta de Bošković (2008), que diferencia línguas com ou sem artigos, por meio de testes, em que a presença do DP desempenharia papel crucial.

Os resultados da investigação sustentam a hipótese de que as línguas Tupí-Guaraní têm a categoria D na estrutura do sintagma nominal, a qual é realizada por meio da sintaxe dos morfemas/ prefixos ditos relacionais (R), os quais codificam o traço [+*def*]. Nessa abordagem, assume-se com Rodrigues (1952) que a morfologia-R constitui uma marca gramatical da relação argumental entre um *determinante* e o termo que o seleciona – o *determinado*. Nossa hipótese é a de que a marcação da posse, nas línguas TG, seja um meio de codificar a interpretação definida, o que permite vincular tais línguas ao grupo das chamadas línguas de genitivo-definido (em oposição às línguas de genitivo-adjetival), conforme proposto em Lyons (1999) e outros autores.

PALAVRAS-CHAVE: Definitude; Genitivo; Línguas Tupí-Guaraní; Morfologia Relacional.

ABSTRACT

The semantic and pragmatic concept of definiteness can be considered universal, as the "definite" interpretation is found, even in languages that do not have the formal marking of definiteness. We adopt Lyon's (1999) approach, according to which the grammatical encoding of definiteness implies that the semantic definiteness is licensed by the D category. Conversely, languages that do not project the D category do not encode definiteness in the noun configuration, although they may display effects of definiteness. This study aims at examining the grammatical encoding of definiteness in the Tupi-Guaraní languages, from the Tupí stock.

We thus investigate the structure of the noun phrase in these languages. We adopt Bošković's (2008) analysis distinguishing languages with and without articles, in terms of the presence and absence of the DP projection.

Our hypothesis is that the D category in Tupí-Guaraní languages is projected in the nominal configuration, through the so-called relational prefixe (R), which encodes the feature [+definite] being attached to the head of the noun phrase. Following Rodrigues (1953, 1996), it is assumed that the R-morphology encodes the relationship between a head and its argument/ complement. We propose that possession marking in TG languages is a grammatical device for encoding a referential/ definite interpretation, further allowing them to be included in the definite-genitive language pattern, as opposed to the adjectival-genitive language pattern, as proposed in Lyons (1999) and other authors.

KEYWORDS: Definiteness; Genitive; Tupi-Guarani languages; Relational Morphology.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS E QUADROS.....	12
ABREVIATURA E SÍMBOLOS	13
INTRODUÇÃO.....	15
1. Considerações iniciais: a formulação do problema	15
2. A teoria gerativa	19
3. Constituição do corpus	23
CAPÍTULO 1 – A DEFINITUDE: ASPECTOS SEMÂNTICOS E SINTÁTICOS	25
1.1 O conceito de definitude	25
1.1.1. Expressões de definitude.....	28
1.1.2. Valores da “definitude”	30
1.1.3. Definitude e genéricos.....	31
1.1.4. Definitude e animacidade.....	32
1.1.5. Definitude e construções existenciais	34
1.1.6. Genitivos Determinantes versus Genitivo Modificador.....	35
1.2 Conclusão do Capítulo.....	37
CAPÍTULO 2 – A ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL	39
2.1 Jackendoff (1977).....	39
2.2 A Hipótese DP	43
2.2.1. A análise de Szabolcsi (1983;1994).....	43
2.2.2. A proposta de Abney (1987)	45
2.2.3. Os DP’s como argumentos - Longobardi (1994)	48
2.3 Propriedades semânticas do DP	49
2.4 Conclusão do Capítulo	50
CAPÍTULO 3 – A CATEGORIA D NAS LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ	52
3.1 A proposta de Bošković (2005, 2008) e o Parâmetro DP/NP.....	52
3.2 Aplicação das generalizações de Bošković (2008) às línguas Tupí-Guaraní .	53

3.3	Conclusão do Capítulo.....	59
CAPÍTULO 4– DEFINITUDE NOS SINTAGMAS NOMINAIS DE LÍNGUAS TUPÍ-GUARANÍ.		60
4.1	A estrutura do sintagma nominal nas línguas Tupí-Guaraní	60
4.2	Definitude no sintagma nominal das línguas Tupí-Guaraní	64
4.3	A construção genitiva em Tupí-Guaraní.....	71
4.4	Definitude e sintagmas genitivos nas línguas Tupí-Guaraní	73
4.5	Sintagma nominal, definitude e animacidade em línguas Tupí-Guaraní.....	78
4.6	Conclusão do Capítulo.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS		80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		81

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Mapa das línguas da família Tupí-Guaraní.....	16
Figura 2 - Sintagma nominal nas línguas Tupí-Guaraní	63
Figura 3 - R2 e R4 nas línguas Tupí-Guaraní.....	79
Quadro 1 - Classes Gramaticais (Jackendoff 1977)	40
Quadro 2 - Tipologia das línguas (Chierchia, 1998)	50
Quadro 3- Localização/ Existência no Kamaiurá (Seki, 2000)	69

ABREVIATURA E SÍMBOLOS

AFAST. DE	afastando de
ARG	argumental
AT	atestado
Atr	caso atributivo
CAUS	morfema causativo
CONJ	partícula conjuntiva aditiva
D.E	demonstrativo espacial
DEM	demonstrativo
F	Foco
FRUST	frustrativo
IMPER	imperativo
IND-II	sufixo de modo Indicativo II
INTS	sufixo intensificador
LOC	locativo
N	nominal
N _{Arg}	nominal
N.ASS	conteúdo informado não assumido pelo falante
NEG	negação
NM	caso não marcado
NOM	nominalizador
NZR	afixo nominalizador
PAS.MED	passado médio
PAS.REC	passado recente
PAS.REM	passado remoto atestado
POS	posposição
PROJ	partícula de aspecto projetivo
PRÓX	próximo
R1	prefixo relacional de referente contíguo
R2	prefixo relacional de referente não contíguo
R3	prefixo relacional de referente não contíguo, sujeito

R4	prefixo relacional de determinação humana genérica
RETR	sufixo de atualização nominal retrospectiva
REFER	referenciante
TRANS	sufixo de caso translativo
1	primeira pessoa singular
1pl	primeira pessoa plural
2	segunda pessoa singular
3	terceira pessoa
2/IMP	segunda pessoa singular no modo imperativo
I	série I
II	série II

INTRODUÇÃO

1. Considerações iniciais: a formulação do problema

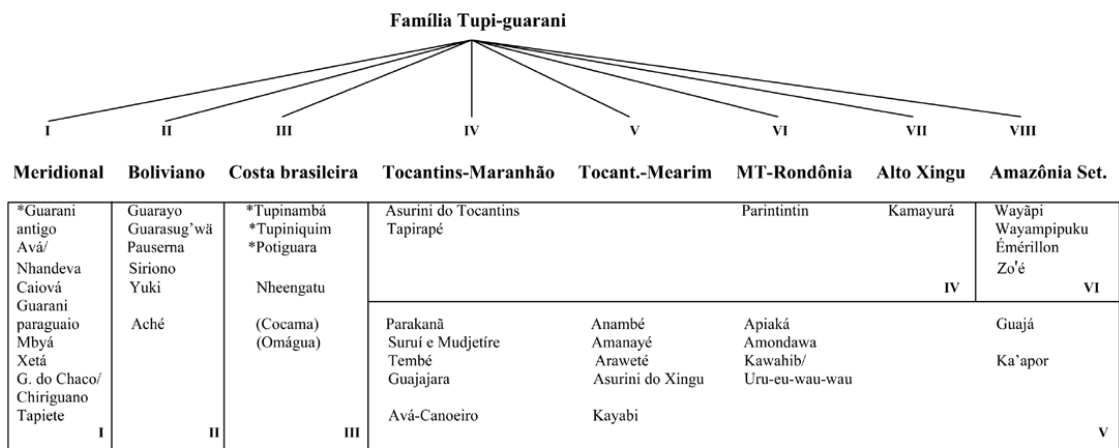
Este trabalho insere-se em uma discussão sobre a estrutura dos sintagmas nominais, trazendo como objeto de análise características específicas das línguas da família Tupí-Guaraní.

A família Tupí-Guaraní tem por volta de 50 línguas, entre línguas e variantes dialetais, sendo assim denominada, nas classificações dos especialistas, pelo fato de o tupi(nambá) e o guarani terem sido as primeiras línguas documentadas, tendo, portanto, servido de base para a definição.

O conceito de família linguística, conforme definido por Rodrigues (1986), leva em consideração o critério genético, o qual parte da hipótese da existência de uma origem comum para as línguas que a compõem. Assim, no caso das línguas da família Tupí-Guaraní, supõe-se que se originam do chamado Proto-Tupí, o que se confirma por apresentarem regularidades de sons, palavras e formas gramaticais. Neste trabalho, serão utilizados dados de diferentes línguas da família Tupí-Guaraní, assumindo-se a semelhança na codificação morfossintática das estruturas nominais estudadas, a partir da descrição encontrada nos diferentes estudos consultados.

A seguir, apresentamos um quadro demonstrativo da distribuição dessas línguas em subgrupos, conforme proposto em Rodrigues (1986), com base em critérios formais, que não afetam as propriedades investigadas no presente estudo.

Figura 1 - Mapa das línguas da família Tupí-Guaraní



As línguas agrupadas por baixo dos números I a VIII e das referências geográficas esquematizadas caracterizam-se por critérios da fonologia histórica específica de cada grupo e pelos critérios geográficos. Nos números I a III, estes critérios coincidem com comportamentos morfossintáticos comuns a cada grupo. As línguas agrupadas por baixo dos números IV a VIII superiores formam grupos tipológicos de traços morfossintáticos próprios (números IV a VI inferiores).

Dietrich, W. *O tronco Tupí e as suas famílias de línguas, Classificação e esboço tipológico*. O português e o Tupí no Brasil. Editora Contexto. p. 25. 2010.

No domínio nominal, as línguas da família Tupí-Guaraní apresentam peculiaridade quanto à expressão de definitude, por não manifestarem a categoria artigo, tal como encontrada em línguas como o português. No entanto, apresentam séries pronominais para a posição de sujeito na oração e para a posição do possuidor, no sintagma nominal, manifestando, porém, uma configuração cindida, pois as formas pronominais livres são encontradas somente na 1ª e 2ª, pessoa (do singular e do plural), não havendo formas livres associadas à 3ª pessoa (sujeito ou possessivo) – conforme atestam inúmeros estudos, a serem referidos adiante.

Como consequência, esta pesquisa parte da seguinte questão: como ocorre a marcação de definitude no sintagma nominal nas línguas da família Tupí-Guaraní? Para tanto, examina o estatuto do chamado ‘morfema relacional’, uma categoria prefixal encontrada na estrutura de sintagmas possessivos, cuja distribuição está associada à realização lexical ou anafórica do sintagma possuidor, entre outras propriedades, o que remete à seguinte pergunta: qual é o estatuto morfossintático do prefixo relacional dentro da construção sintática?

Nossa hipótese de trabalho é formulada a partir dos dados em (1) e (2), que envolvem sintagmas nominais do Tapirapé e do Kayabí, línguas da família Tupí-Guaraní, que apresentam contraste em relação à expressão da definitude, uma vez que,

nos dados em (a), as estruturas descrevem relações atributivas (com interpretação genérica), enquanto em (b), ocorrem estruturas de caráter possessivo (com interpretação definida).

Tapirapé

- | | | |
|----------------------------------|----------------------------------|---------------|
| (1) a) marare-a'a-ø | b) marare-ø | r-a'a-ø |
| vaca-carne- REFER | vaca-REFER | R-carne-REFER |
| “carne de vaca” (Praça, 2007:74) | “carne da vaca” (Praça, 2007:74) | |

Kajabí

- | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|--------------|
| (2) a) Tajaupy'a | b) tajaú-a | i-py'á-ø |
| porcão-fígado-ARG | porcão-ARG | R-fígado-ARG |
| ‘fígado de porco’ (Dobson, 1997:66) | ‘fígado do porcão’ (Dobson, 1997:66) | |

Além do contraste de significado, nota-se que, nos dados em (b), mas não em (a), está indicada a presença de uma marcação prefixal no sintagma possuído, por meio da notação R. As marcas glosadas como REFER e ARG estão associadas ao estatuto argumental do sintagma, não sendo diretamente relevantes neste ponto para a discussão. As propriedades da categoria morfológica designada como Relacional (R) são originalmente postuladas em Rodrigues 1953, 1996, 2001, e retomadas em estudos subsequentes (cf. Cabral 2001, 2004; Seki 2000; Grannier 2002; entre muitos outros). Na abordagem de Rodrigues, o morfema-R codifica a relação entre o argumento (interno) e o predicado que o seleciona, ocorrendo, portanto, em configuração nominal, verbal ou posposicional. As categorias associadas a essa marcação codificam ainda o estatuto do argumento (interno) como um *sintagma nominal pleno*, lexicalmente realizado, ou como uma categoria *nula*, cuja referência é determinada anaforicamente ou é interpretada como indefinida/ genérica. Desse contraste extrai-se a distinção entre o morfema R de contiguidade (CNT) e de não-contiguidade (NCNT), sendo a contiguidade entendida como contiguidade estrutural.

Em configurações nominais, os morfemas CNT e NCNT manifestam-se em uma tipologia com quatro tipos de morfemas, cuja ocorrência nas línguas TG nem sempre é completa. Em particular, a tipologia compreende o prefixo CNT, que se opõe a três tipos de prefixos NCNT, conforme ilustrado a seguir.

Prefixo R1 – o argumento interno está expresso lexicalmente, sendo (estruturalmente) adjacente ao núcleo.

- (3) *xahú* *r-awáj-a* **Guajá**
porcão R1-rabo-N_{ARG}
‘o rabo do porcão’ (Magalhães, 2007: 27)

Prefixo R2 – o argumento interno não está lexicalmente realizado junto ao respectivo núcleo, sendo sua referência determinada anaforicamente.

- (4) *há-mirikó-a* **Guajá**
R2 - esposa – N_{ARG}
‘a esposa dele’ (Magalhães, 2007: 57)

Prefixo R3 – o argumento interno não está lexicalmente realizado, sendo correferente ao sujeito da oração em que se acha o sintagma nominal.

- (5). *w-a’yr-a* *nite i-jo-w* **Kamaiurá**
3REFL-filho-N com R3-ir-Circ
‘ele foi com o próprio filho.’ (Seki 2000: 56)

Prefixo R4 – o argumento interno não está realizado, nem é anaforicamente ligado ao sintagma nominal na posição de sujeito da oração ou em uma posição marcada na estrutura informacional da sentença; é interpretado como humano e indeterminado.

- (6). *m-pý-a* **Assurini do Tocantins**
R4-pé-Arg
‘pé (de gente)’ (Cabral, 2001:242)

Assumimos com Cabral (2001:243) que “(...) os relacionais são mutuamente exclusivos, o que constitui uma das bases para a análise desses prefixos como membros de um mesmo paradigma flexional.”

Partindo de estudos prévios (cf. Salles & Aguiar (2010); Aguiar e Salles (2012), a hipótese presentemente formulada é a de que, nas línguas da família Tupí-Guaraní, o uso do prefixo R nas construções genitivas, ao codificar a presença de um atributo para o nome interpretado como possuído, pode ser uma categoria gramatical da marcação de definitude nessas línguas.

A discussão será desenvolvida no quadro teórico da gramática gerativa, tendo em vista o debate em relação à presença do núcleo funcional D na estrutura do sintagma nominal, como marcador da categoria definitude. Nesses termos, apresentamos a seguir, uma síntese dos pressupostos gerativistas, situando a discussão no âmbito da abordagem biolinguística. Os capítulos subsequentes são apresentados como a seguir: o Capítulo 1 destaca pontos relevantes sobre as características da definitude nas línguas do mundo; o Capítulo 2 apresenta os pressupostos teóricos para definir a estrutura do sintagma nominal; o Capítulo 3 apresenta a categorização do parâmetro DP/ NP com base nas generalizações de Boscóvic (2008) de forma a aplicar alguns testes que demonstram a existência de uma categoria D nas línguas Tupí-Guaraní, o Capítulo 4 apresenta a discussão da hipótese de que a morfologia R codifica o traço [+Def], tendo em vista a distinção entre línguas do tipo ‘genitivo-determinante’ e línguas do tipo ‘genitivo-adjetival’, conforme formulada em Lyons (1999).

2. A teoria gerativa

A teoria gerativa surgiu em meados da década de 50, por intermédio do linguista Noam Chomsky, e foi um marco para os estudos linguísticos. Seu pressuposto fundamental é a hipótese da “faculdade da linguagem”, apresentada como uma capacidade linguística inata, exclusiva dos seres humanos, que permite a aquisição e o desenvolvimento de uma língua natural. A partir desta ideia, entende-se que a linguagem possui um arcabouço de propriedades pré-determinadas, que se desenvolve, como acontece com os outros órgãos humanos. Ou seja, a faculdade da linguagem é um atributo cognitivo humano e, portanto, universal, que faz parte da herança genética de cada membro da espécie humana, como ocorre com a visão e outras capacidades biológicas.

Esse estado mental inicial, em que o conhecimento linguístico se manifesta seria denominado “Gramática Universal”, sendo, portanto, responsável não só pelas

similaridades entre as línguas, como também pela capacidade humana de aprender qualquer língua natural. No contato com o input linguístico de uma língua natural particular, estados mentais se reestruturam até alcançar um estado mental estável, que define uma língua interna, particular.

Dois argumentos importantes são levantados em defesa do caráter inato da língua:

Não existiria uma explicação melhor para que uma criança de quatro a seis anos utilize uma língua natural, que possui estruturas altamente complexas como ocorre em todas as comunidades linguísticas. Em condições normais, pela exposição a dados linguísticos limitados, em relação às possibilidades infinitas do sistema linguístico (pobreza do estímulo), qualquer criança adquire a língua de sua comunidade – independentemente das condições culturais e das características tipológicas do sistema linguístico em questão. Nesse sentido, a previsão é a de que a variabilidade das línguas é limitada, não havendo língua humana que não compartilhe uma série de características relativas à sua organização sonora, semântica e morfossintática. Desse entendimento, vem a formulação de uma abordagem gerativa na descrição estrutural das expressões linguísticas, uma vez que é assumida a existência de operações recursivas, que permitem produzir, com meios finitos, infinitos enunciados.

Portanto, no processo de aquisição de língua, a criança toma como base a matriz biológica inata, que fornece um arcabouço para o desenvolvimento da língua particular, o que limita as induções que pode fazer quando extrai regras dos dados aos quais está exposta.

Esta limitação está ligada, também, às variações existentes na língua, ou seja, a Gramática Universal estabelece princípios gerais existentes em todas as línguas, a que se associam opções de variação, sob a forma de parâmetros, cujos valores são escolhidos/inferidos do input fornecido pela comunidade linguística. Assim, se constitui a teoria de Princípios e Parâmetros (P&P).

Com o desenvolvimento dos estudos gerativistas, foi possível verificar as hipóteses acerca dos princípios fundamentais em diferentes línguas do mundo proporcionando assim um avanço qualitativo no estudo da linguagem. Além disso, estudos descritivos contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da teoria, pois desafiam a busca de uma adequação aos dados empíricos.

A partir dos anos 90, os estudos gerativos estão engajados no chamado Programa Minimalista, que assume que a arquitetura de Princípios e Parâmetros é uma condição de limite em qualquer teoria adequada da gramática, de forma que responde ao problema de Platão e dá conta do aparente paradoxo: diversidade linguística x facilidade das crianças para aprenderem sua língua. Como em qualquer outro domínio de investigação científica, as propostas em linguística são avaliadas ao longo de várias dimensões: a naturalidade, a parcimônia, a simplicidade, a elegância, a explicabilidade etc. O Programa Minimalista é a aplicação concreta de tais critérios para a análise da Gramática Universal, sendo sua tarefa encontrar uma maneira de assumir os atributos citados no nível metodológico, ao mesmo tempo em que investiga a hipótese de que estão presentes na estrutura da GU, o que indica que devem ser um requisito para a adequação explicativa, diante da base empírica (cf. Chomsky 1995, e obras seguintes do autor; veja-se também Hornstein et al. (2005)).

Dessa forma, o principal desafio relaciona-se à arquitetura de Princípios e Parâmetros e a partir deste surgem outros fatos sobre a competência linguística, que criam condições de limites adicionais para estruturar uma investigação minimalista da Gramática Universal. Sendo assim, conforme observado por Hornstein et al. (2005:7), parte-se dos postulados a seguir, amplamente aceitos, independentemente do quadro teórico adotado:

F1: Sentenças são as unidades linguísticas básicas.

F2: Sentenças são o emparelhamento de forma (som / signos) e significado.

F3: Sentenças são compostas por expressões menores (palavras e morfemas).

F4: Essas unidades menores compõem unidades com estrutura hierárquica (ex.: sintagmas, maiores que palavras e menores que sentenças).

F5: Sentenças apresentam propriedades de deslocamento (expressões que ocorrem em uma posição podem ser interpretadas em outra posição).

F6: A língua é recursiva, ou seja, não há limite para o tamanho das sentenças em qualquer língua natural.¹

¹ Trecho traduzido de Hornstein et al. (2005: 7), pela autora.

Hornstein et al. (2005) ressaltam que os fatos F1-F6, além de indiscutíveis, sugerem uma variedade de projetos minimalistas, quando combinados com as seguintes condições de economia.

A primeira compreende a aplicação da chamada “navalha de Occam”, no nível metodológico, conforme citado, sendo que considerações teóricas são relacionadas com noções de parcimônia e simplicidade, de forma que deve ser selecionada a hipótese que traz menos postulados. Em suma, mais é pior, menos é melhor.

A segunda relaciona-se a noções de economia ligadas aos princípios da gramática. A ideia é que as condições locais e os filtros de boa formação refletem o fato de que as gramáticas maximizam os recursos. Passos curtos impedem passos largos (ex: *Shortest Move*), derivações em que menos regras se aplicam são preferidas, ou seja, o movimento só se aplica quando é necessário.

Sendo assim, de acordo com o Programa Minimalista, a língua seria uma interação entre o léxico e um sistema computacional, capaz de produzir expressões que são interpretadas por dois sistemas de interface: o sistema articulatório-perceptual (FF) e o sistema conceitual-intencional (FL). Dessa forma, a Gramática Universal teria um conjunto de traços que iriam variar de língua para língua e um conjunto limitado de operações: Compor (*select in spell out*), fundir (*merge*) e mover (*move*).

O modelo da gramática se reduz, então, à seguinte fórmula:

$$N = \{A_i, B_j, C_k \dots\} \text{Select \& Merge \& Move}$$

↓
Spell Out → FF
↓
FL

Em uma das versões minimalistas, as operações que geram objetos sintáticos envolvem a relação entre uma categoria definida como sonda (*probe*) e uma categoria que se caracteriza como alvo (*goal*), instituindo uma relação local (*local goal*). O objetivo da sonda é buscar o alvo para operações internas ao objeto sintático: AGREE² ou *Merge* interno. Em Chomsky (1999, p.9), é apresentado o conceito de fases, de forma a indicar que as operações do sistema computacional permitem que a derivação

² Agree foi chamada por Chomsky (1995) de *Attract* (Atrair). Segundo Radford (1997), “Attraction involves movement of a set of grammatical features carried by a head on their own (without movement of the corresponding phonetic features).” (RADFORD 1997: 230).

ocorra em domínios sintáticos determinados, em etapas internas separadas. Nesse modelo de fases, os objetos sintáticos, depois de formados, são enviados ao componente fonológico e semântico, sendo assim, o resultado da estrutura fica inacessível a operações sintáticas adicionais a partir daquele ponto. Essa inacessibilidade é garantida pela “Condição de Impenetrabilidade de Fase” (PIC). Radford (2004: 382), com referência a Chomsky (2001), apresenta essa condição da seguinte maneira:

Condição de Impenetrabilidade da Fase (*Phase Impenetrability Condition*/PIC: o domínio de c-comando de uma fase é impenetrável a uma sonda externa (i.e. um alvo que é c-comandado por um núcleo de uma fase é impenetrável para qualquer sonda c-comandando a fase) (p. 382).

Com base nesse modelo, a posição mais próxima possível para a sonda deve situar-se na margem da fase (*phase edge*). A margem contém traços que são acessíveis à sonda. Se um item lexical entra na derivação e seu traço de margem (*edge feature*) não é satisfeito, a expressão resultante não convergirá. Assim, quando todos os traços não-interpretáveis dos itens lexicais de uma estrutura ou apenas de uma parte dela forem valorados completando uma fase, todo material inserido no domínio de complemento dessa fase não pode ser usado nos próximos passos da derivação.

3. Constituição do corpus

O corpus utilizado no estudo é constituído primordialmente de sentenças em que se verifica o uso do morfema relacional e a estrutura do sintagma nominal, em línguas que pertencem a algum subgrupo da família Tupí-Guaraní. Tais sentenças foram colhidas na literatura linguística disponível em textos inéditos, como teses e dissertações, disponíveis em bancos de cursos de pós-graduação, em textos publicados, como artigos científicos, livros e capítulos de livros sobre línguas da família Tupí-Guaraní. Sendo assim os trabalhos selecionados foram:

PRAÇA, Walkíria Neiva. *Morfossintaxe da língua Tapirapé*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. 2007.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. 2008

DOBSON, Rose M. Aspectos da Língua Kayabí. Série Linguística. N 12. Brasília: SIL, 1988.

DOOLEY, Robert A. (Red.) Estudos sobre línguas Tupí no Brasil. Brasília, DF: Summer Institute of Linguistics, 1984.

CABRAL, Ana Suely A. C.; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (Coord.). Estudos sobre línguas indígenas. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

SEKI, Lucy. Gramática do Kamaiurá : língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas : Unicamp ; São Paulo : Imprensa Oficial, 2000.

CAPÍTULO 1 – A DEFINITUDE: ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS

Definitude é uma noção semântico-pragmática que está intimamente associada ao uso do artigo definido (ou de um determinante) em línguas como o Inglês, húngaro, português e espanhol. Existem diferentes teorias semânticas de definitude, que recorrem a conceitos como os de relevância, familiaridade, identificabilidade, singularidade e inclusividade. Essas abordagens se preocupam em investigar as expressões definidas que envolvem os pronomes pessoais, nomes próprios, demonstrativos, sintagmas nominais definidos e expressões universalmente quantificadas.

A pesquisa e a análise da definitude são de grande importância não só para o estudo da estrutura linguística das línguas, mas também para a compreensão de referência ligada à filosofia, à ciência cognitiva, à linguística computacional e à ciência da comunicação. As considerações apresentadas neste capítulo estão fortemente baseadas no estudo seminal de Christopher Lyons (1999), a respeito da definitude, embora faça referência também a outros autores, incidentalmente.

1.1 O conceito de definitude

Segundo Lyons (1999), muitas línguas possuem, na estrutura do sintagma nominal, um elemento, cujo único ou principal papel é indicar a definitude do NP. Esse elemento pode ser um item lexical, tal como o ‘the’ ou ‘a’ do inglês, ou um afixo do tipo que encontramos no árabe. A esses elementos dá-se o nome de artigo.

O autor ainda apresenta a questão da diferença semântica entre as estruturas ‘The car’ e ‘a car’, a qual, para muitas gramáticas tradicionais, se define quanto a se o elemento designado é um carro particular ou se é qualquer carro. No entanto, essa definição para o autor é um tanto vaga. Na tentativa de demonstrar que essa definição não contempla a amplitude do tema, é apresentado o seguinte exemplo: *I bought a car this morning*. Nesse caso, o falante ou escritor não se refere a qualquer carro, como seria interpretado de acordo com as gramáticas tradicionais, mas sim a um carro, especificamente aquele que eu comprei de manhã. Sendo assim, a especificidade expressa na oração pode ser compreendida pelo falante, porém para o ouvinte, talvez a particularidade não seja tão clara. Diferentemente, se o falante tivesse usado o artigo

definido ‘the’ (*I bought the car this morning*), tanto o falante quanto o ouvinte compreenderiam que se tratava de um carro particular.

A partir da perspectiva da consciência do falante e do ouvinte, o autor apresenta as ideias de familiaridade e identificabilidade. Em relação à familiaridade, tanto o falante quanto o ouvinte têm consciência do objeto sobre o qual se fala, o que nos sugere o uso do artigo definido. No entanto, a hipótese de familiaridade, já postulada anteriormente por Christophersen (1939), é uma proposta pouco viável para Lyons (1999), pois em orações como em (1), o ouvinte está propenso a aceitar que ‘Ghana’ tem um governador, apesar de não conhecê-lo:

(1) **The president of Ghana** is visiting tomorrow.

Sendo assim, o autor tenta introduzir a ideia de identificabilidade, sem ignorar a familiaridade completamente. Neste ponto de vista, o uso do artigo direciona o ouvinte para o referente da situação em que este se encontra apto a identificá-lo. O autor exemplifica com um contexto em que uma certa pessoa chamada Ann, que está tentando colocar uma pintura na parede, diz o enunciado em (2) para outra pessoa chamada Joe.

(2) Pass me the hammer, will you? (Me passe o martelo, por favor?)

O falante, Ann, em (2), conhece o referente mencionado e definido no sintagma nominal, porém Joe não sabe que há um martelo na sala. No entanto, o uso do artigo definido no sintagma sugere a Joe que ele tem de procurar por um referente descrito como ‘martelo’. Dessa forma, em (2), o referente do sintagma definido não é familiar para Joe, mas ele pode encontrar um referente para ele.

Lyons destaca que o conceito de identificabilidade pode não ajudar em alguns casos, de forma que alguns autores preferem utilizar o conceito de unicidade. A unicidade consiste no uso do artigo para assinalar apenas uma entidade que contemple a descrição usada pelo falante. A unicidade, frequentemente, não é absoluta, ou seja, ela deve ser entendida como pertencente a um contexto particular. No entanto, existem referentes inerentemente únicos, como no caso de ‘sol’, ‘universo’, e esses nomes, ao denotarem de forma ‘única’, requerem o artigo definido. Em outros casos, o uso do artigo definido pode indicar unicidade, como em *Beware of the dog* (exemplo (20), p. 9,

do autor), já que a situação admite um referente plural. O critério da unicidade é ainda interessante nos casos em que o referente é potencial, como em *The man who comes with me will not regret it* (exemplo (22), p. 9, do autor) e na presença de modificadores, como em *You are the/(*) first visitor* (exemplo (24), p. 9, do autor), este último indicando a incompatibilidade semântica entre a leitura de unicidade e a não-unicidade do artigo indefinido, conforme postulado por Hawkins (1978, citado em Lyons 1999: 9), diante de seu uso somente com nominais no singular.

A análise baseada na noção de unicidade encontra dificuldade no caso de uso de artigo definido com nomes contáveis no plural e nomes massivos, como em *Beware of the dogs/ the electrified wire*. Uma forma de reter o conceito de unicidade é supor que o sintagma nominal é tomado como um conjunto ou como massas, e não como indivíduos. No entanto, essa hipótese não se sustenta, pois não existe meio de distinguir o conjunto tomado como um todo e como um subconjunto do conjunto maior.

A partir desse argumento é necessário encontrar uma forma de ampliar o conceito de unicidade para atingir todos os casos, surge então a proposta de inclusividade, a qual significa que a referência é uma totalidade de objetos ou massas em um contexto que satisfaça a descrição. Este conceito foi proposto por Hawkins (1978, citado por Lyons (1999)). Sendo assim, entende-se que o conceito de inclusividade contém o conceito de unicidade. No entanto, existem situações em que a identificabilidade prevalece sobre a inclusividade, como em *Close the door [Em um quarto com três portas, uma das quais aberta]*.

A discussão de Lyons (1999) demonstra que os conceitos de identificabilidade e inclusividade são os mais abrangentes e podem ser utilizados de maneira apropriada em muitos contextos. No entanto, o autor acrescenta que o conceito de familiaridade pode ser visto sob o ponto de vista da identificabilidade e unicidade, podendo ser assim um mero caso de inclusividade, sendo resultado da especificidade de um sintagma nominal.

O autor ainda argumenta que a tentativa de encontrar uma caracterização da definitude em termos semânticos ou pragmáticos não contempla as particularidades da definitude nas línguas do mundo e propõe uma explicação para a definitude como uma categoria gramatical, que, como outras categorias, não pode ser completamente definida em termos semânticos ou pragmáticos, embora ela represente a gramaticalização de alguma categoria de significado. Diante disso, propõe que a definitude como categoria gramatical é diretamente verificada nos casos dos chamados ‘definidos simples’, sendo

codificada por afixos, clíticos ou formas livres dependentes, em oposição aos chamados ‘definidos complexos’, que acionam demonstrativos, pronomes pessoais e possessivos.

1.1.1 Expressões de definitude

O conceito semântico/ pragmático da definitude pode ser considerado universal, pois é notório que a interpretação definida desempenha um papel importante, mesmo em línguas que não apresentem formalmente marcação de definitude. Por exemplo, em mandarim, uma frase com um substantivo na posição de sujeito deve ser um tema e, portanto, é interpretado como ‘definido’, enquanto um sintagma nominal na construção existencial deve ser entendido como ‘indefinido’. Portanto, embora não seja a definitude uma categoria formal no mandarim, é um elemento do discurso que corresponde à identificabilidade do referente.

Assim, a definitude pode ser pensada como uma, de uma série de categorias, que serve para guiar o ouvinte na elaboração do discurso e das entidades referidas por ele. No entanto, como explicar as línguas que não formalizam a marcação de definitude? Pode-se argumentar que, para compensar a marcação, existiriam outras distinções com uma função similar (por exemplo, tópico e foco) (Lyons 1999:48). Além disso, muitas línguas teriam a gramaticalização da definitude apenas em pronomes. Lyons (1999: 280) apresenta os seguintes tipos de línguas no que diz respeito à gramaticalização da definitude:

- Tipo I: não tem marcação de definitude.
- Tipo II: definitude disponível apenas em sintagmas nominais pronominais.
- Tipo III: definitude disponível em sintagmas nominais pronominais e em sintagmas nominais plenos.

São exemplos de línguas do Tipo I: o japonês, o coreano e o dyrbal. Essas línguas não possuem nenhum artigo definido em sintagmas nominais plenos, e nenhum pronome pessoal fraco ou nulo, ou argumentos nulos ou não identificados, que possam ter a interpretação definida.

As línguas de tipo II certamente representam um fenômeno estranho, mas não é incomum que pronomes sejam radicalmente diferentes em estrutura se comparados com sintagmas nominais plenos (cf. o fenômeno da ergatividade cindida em línguas australianas, por exemplo). A língua Warlpiri, estudada por Hale (1983), considerada por muitos linguistas como uma língua não configuracional, se enquadra como uma língua do tipo II. Nessa língua, qualquer ordem vocabular do sujeito, do verbo e do objeto é possível, contanto que o auxiliar que carrega o tempo e a concordância esteja na segunda posição na oração, como demonstrado nos exemplos a seguir:

(3) (Ngajulurlu)	ka-rna-ngku	(nyuntu)	nyanyi.
I-ERG	IMPF 1SG-NOM 2SG – ACC	you-ABS	see
‘I see you’			

(4) Malikijarrarlu	ka-pala-jana	marlu	wajilipinnyi.
Dog-DU-ERG	IMPF 3DUM-NOM 3pl-ACC	Kangaroo-ABS	chase
‘(The) two dogs are chasing (the) kangaroos’			
(dados extraídos de Lyons (1999: 308))			

No Warlpiri, um argumento nulo interpretado pronominalmente é identificado pela morfologia de concordância. Sendo assim, essa língua inclui um complexo grupo de pronomes clíticos, cuja referência está ligada a cada argumento da sentença. Portanto, em (3), os clíticos ‘rna’ e ‘ngku’ fazem referência aos pronomes livres, em (4), ‘pala’ e ‘jana’ fazem referência a sintagmas nominais completos e no segundo caso, em parte, identificam o conteúdo deste argumento, uma vez que o sintagma nominal objeto não é em si especificado para número.

Os clíticos são marcados em um sistema de caso nominativo/ acusativo, enquanto os sintagmas nominais (incluindo pronomes de forma livre) são organizados em um sistema ergativo/ absoluto, sendo o auxiliar caracterizado como um elemento de concordância. A referenciação dos argumentos por esse sistema torna possível dispensar a realização dos nomes, como em (3), em que o pronome livre pode ser omitido, a menos que se deseje expressar ênfase. Da mesma forma, os sintagmas nominais plenos como em (4) podem ser omitidos, com o resultado de que os dois argumentos identificados pelo clítico é interpretado pronominalmente.

Assim, línguas como Warlpiri, em que a morfologia de concordância torna possível a omissão de sintagmas nominais argumentos, o pronome, denominado por Lyons como ‘weak pronoun’, é um DP e codifica definitude, embora, na presença de sintagmas nominais plenos, a interpretação possa ser indefinida. Assim, somente os pronomes são definidos.

Já as línguas do tipo III podem ser representadas por todas as línguas que marcam a definitude nos sintagmas nominais, como, por exemplo, o inglês e o português, os quais a marcação da definitude é realizada por artigos e por pronomes.

1.1.2. Valores da “definitude”

Parece que a definitude tem dois valores: definidos e indefinidos. No entanto, Lyons (1999:49-51) aponta que, em línguas que distinguem definidos simples e indefinidos, a análise correta da marcação de definitude é no sentido de identificar se essa categoria está diretamente codificada. Em tais casos, consideramos a definitude como uma peça adicional de informações selecionadas para o sintagma nominal.

O que complica a análise é o fenômeno de quase-indefinidos, ou seja, termos cardinais, como o termo *one/ some* em inglês (Lyons 1999:34). Embora se possa argumentar que *one* e *some* são palavras cardinais e não artigos indefinidos, eles indiretamente sinalizam a indefinição. Esta sinalização indireta de indefinição por um determinador cardinal leva a uma forte intuição que contrasta com determinantes definidos de forma generalizada (Lyons 1999:48-49).

Assim, existem três maneiras de distinção de definitude, que podem ser expressas em línguas que distinguem definidos simples e indefinidos (C. Lyons 1999:49):

- a. Só as expressões definidas são marcadas
- b. Só as expressões indefinidas são marcadas
- c. Tanto as expressões definidas como as indefinidas são marcadas

Se excluirmos os quase-indefinidos como marcadores de indeterminação, então a possibilidade (a) é de longe a mais comum. Na verdade, Lyons (1999:51) argumenta que os marcadores de indefinição acabam em quase todos os casos a ser expressões cardinais em vez de verdadeiros artigos indefinidos.

1.1.3. Definitude e genéricos

Segundo Lyons (1999: 179), sintagmas nominais genéricos são aqueles em que se faz referência a uma classe inteira, ou seja, são usados para expressar generalizações sobre uma classe como um todo - a classe em questão é que consiste de todas as entidades que satisfazem a descrição inerente ao substantivo.

Existem formas de se referir a toda uma classe utilizando-se determinantes como ‘todo’, ‘cada’, ‘qualquer’, os quais se aproximam da quantificação universal. Conforme apontado por Lawler (1973), Smith (1975), citados por Lyons (1999: 179), uma única exceção normalmente invalida essa declaração, são as estruturas com *all*, pois estas admitem exceções, enquanto os genéricos apenas expressam tendências gerais.

A dúvida central levantada por Lyons (1999), ao tratar dos termos genéricos é: como um termo genérico pode ocorrer em sintagmas do tipo ‘definido’? Segundo o autor, isso leva à sugestão de que a genericidade não é uma categoria primitiva de descrição semântica ou sintática.

Sintagmas nominais genéricos podem ser caracterizados como indefinidos ou definidos. Muitas línguas mostram uma variedade de tipos de substantivos disponíveis em sintagmas com valor genérico, definido e indefinido, singular e plural. Nos casos em que uma língua tem vários tipos de sintagmas com interpretação genérica, não é claro que eles formam uma classe unificada de expressão, mas eles podem obter seu valor genérico de maneiras diferentes a partir de diferentes valores básicos.

Lyons (1999: 179-180) observa que algumas das diferenças semânticas mais discutidas relacionam a natureza da referência a uma classe: em particular, se a referência é a uma classe tomada como uma entidade, um indivíduo de segunda ordem, ou a uma classe tomada como o conjunto de seus membros, sendo a generalização referente aos membros da classe. As interpretações apropriadas são determinadas pelo predicado. Expressões como ‘dispersar’, ‘ser numerosos’, ‘abundar’, são classes de predicados, elas requerem uma expressão de classe (ou grupo) como sujeito, e são aplicadas a uma classe como um todo. Por outro lado, predicados que denotam uma ação ou estado aplicável aos indivíduos podem envolver um assunto genérico ou objeto que está sendo tratado como um grupo de indivíduos, conforme ilustrado a seguir:

- (3) a. Avestruzes são raras nos dias de hoje
b. Avestruzes põem ovos

Raridade é uma propriedade da classe como um todo, enquanto botar ovos é uma atividade individual de cada uma das avestruzes. Na verdade, não é tão simples, pois, embora os indivíduos não possam ser raros (no sentido relevante), não é tão claro que apenas os indivíduos, e não o conjunto, botem ovos. Mas o ponto é que essas duas formas de olhar para uma classe não estão igualmente disponíveis para todas as expressões genéricas.

Outra diferença semântica importante entre tipos genéricos é até que ponto se aproximam da quantificação universal, alguns são mais próximos na interpretação a 'todo N' do que outros. O fato de a genericidade em sintagmas nominais interagir com distinções aspectuais em verbos faz com que as análises se refiram a sentenças genéricas e não a sintagmas nominais genéricos. No entanto, a distinção entre sintagmas nominais genéricos e sentenças genéricas precisa ser feita, pois sintagmas nominais não genéricos podem ocorrer em contextos de interpretação habitual, como em *My best friend shaves twice a day* (Meu amigo se barbeia duas vezes ao dia)/ *This kitten frightens easily* (Este filhote de gato se assusta facilmente), enquanto genéricos que tomam a classe como uma unidade podem ocorrer com o aspecto pontual, como em *The dodo died out in the eighteenth century*/ *Dodos died out in the eighteenth century* (O dodo morreu no século dezoito/ Dodos morreram no século dezoito).

1.1.4. Definitude e animacidade

Segundo Comrie (1981), a animacidade é um parâmetro importante para se entender algumas particularidades das línguas que levam em consideração as marcas nominais de caso, de argumento e de predicado, nas construções transitivas. O autor estabelece a existência de uma hierarquia de animacidade. As posições hierárquicas quanto à animacidade mais disseminadas entre os estudiosos seguiriam a seguinte ordem:

- 1°. Pronomes de primeira e segunda pessoa
- 2°. Pronomes de terceira pessoa
- 3°. Nomes próprios

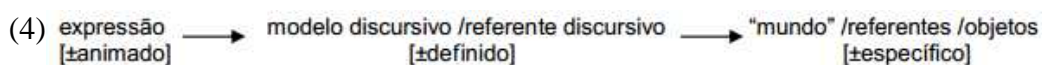
- 4°. Substantivos comuns com referência humana
- 5°. Substantivos não humanos e animados
- 6°. Substantivos inanimados

Nota-se a importância da marcação de número em relação à marcação de animacidade: em muitas línguas, apenas sintagmas nominais animados possuem uma distinção de número.

Segundo Lyons (1999:214), fenômenos relacionados à marcação do objeto sugerem que a definitude também precisa ser considerada, uma vez que geralmente combina com a animacidade: a tendência natural para o sujeito/agente ser mais animado e mais definido e o paciente/objeto faz com que desvios a esse sejam marcados morfologicamente. Segundo Lyons (1999: 214) o conceito de hierarquia é na verdade problemático em vários aspectos. Não é óbvio por que nomes próprios e termos de parentesco devem estar em posição mais alta na hierarquia de animacidade do que substantivos comuns. Da mesma forma, enquanto pronomes de primeira e segunda pessoa quase sempre têm referentes humanos, pronomes de terceira pessoa também podem ter. No entanto, pronomes de terceira pessoa não são mais humanos / animados / definidos do que substantivo simples em sintagmas nominais plenos. Parece que a distinção entre pronomes e sintagmas nominais não pronominais é distinta e atravessa a relação entre humano e não humano, animado e não animado, etc.

Apesar das dificuldades, especialmente a representada pela heterogeneidade das propriedades agrupadas, a noção de uma hierarquia, parece expressar alguma generalização linguística. A questão é como interpretar essas generalizações, porque a hierarquia é em si apenas uma apresentação delas e não uma explicação.

Heusinger & Kaiser (2003: 43) estabelecem que as categorias de animacidade, de definitude e de especificidade estão em lugares diferentes: “*animacy is a lexical property of an expression, definiteness is a discourse pragmatic property, and specificity is a referential category*”. Sendo assim, é possível ver onde esses traços atuam, segundo o esquema abaixo:



Von Heusinger & Kaiser (2003: 44)

Os autores propõem então a existência de hierarquias separadas para animacidade e definitude por se tratarem de categorias em níveis diferentes de expressão.

1.1.5. Definitude e construções existenciais

Destaca-se em construções existenciais o termo "efeito de definitude", o qual refere-se ao fato de a posição pós-verbal de sentenças existenciais aceitarem apenas a presença de sintagmas nominais indefinidos. As sentenças a seguir demonstram isso:

(5) There's a chair on the corner of the room.

(6) Tem uma cadeira no canto da sala.

(7) *There's the chair on the corner of the room.

(8) *Tem a cadeira no canto da sala.

(Viotti. 2002)

Lyons (1999) observa que esse efeito tem sido verificado em inúmeras línguas e explicado segundo diferentes perspectivas. Milsark (1974,1977), Barwise e Cooper (1981), Keenan (1987) desenvolveram explicações de base semântica. Safir (1985,1987) e Belletti (1988) deram ao efeito de definitude um tratamento sintático. Apesar das diferentes propostas, as análises têm em comum o fato de assumirem como categórica a agramaticalidade das sentenças existenciais construídas com um sintagma nominal definido em posição pós-verbal, como as apresentadas em (5) e (6) acima. Entretanto, análises mais atuais desse fenômeno mostram que o efeito de definitude não é tão categórico com se havia definido anteriormente, ou seja, autores como Abbott, 1993; McNally, 1997 vêm demonstrando a possibilidade de existência do sintagma nominal definido na posição pós-verbal de sentenças existenciais (cf. Viotti, 2000a/b, 2001, para o português).

Lyons (1999: 246) conclui que o efeito de definitude aplica-se a um agrupamento semântico ou pragmático de tipos específicos de sintagmas nominais que incluem e se sobrepõem a com aqueles marcados gramaticalmente como definidos. Dado isto, é mais provável que seja uma restrição semântica ou pragmática do que sintática.

1.1.6. Definitude e possessivos

No estudo sobre a definitude, Lyons (1999) analisa as categorias de determinantes e como essas são vistas nas línguas do mundo. Em particular, trataremos dos possessivos. O autor destaca que a distinção entre pronomes possessivos e sintagmas nominais possessivos limita-se à existência de uma base pronominal possessiva, ao passo que a estrutura sintática é essencialmente a mesma. Sendo assim, muitas línguas não fazem distinção de pronomes pessoais e sintagmas nominais na formação da construção possessiva, como é o caso do japonês, em que ambos recebem a marca POSS 'no': *watasi no nimotu* (Me POSS luggage) 'my luggage', *gakusei no nimotu* (student POSS luggage) 'the student's luggage' (p. 124).

A principal razão para supor que o pronome pessoal na construção possessiva tenha uma análise diferenciada dos sintagmas nominais plenos é que os derivados de pronomes pessoais são comumente pronomes adjetivos ou determinantes, concordando em gênero e número com o nome a que se ligam, e os derivados de sintagmas nominais plenos são formas invariáveis que realizam o caso genitivo.

Outra distinção entre pronomes pessoais e o sintagma nominal pleno é encontrada nas línguas românicas, em que somente os primeiros têm um correspondente, enquanto uma construção preposicionada marca o segundo, com implicações para a ordem. Exemplifica-se esse caso com o francês, em que ocorrem *son ami* 'his friend', com o pronome possessivo antes do nome, e *l'ami de cet homme* (the friend of this man) 'the man's friend', com o possessivo preposicional pós-nominal. Diferentemente, na língua Nama, o sintagma nominal possessivo pleno e o pronome possessivo utilizam a partícula *tí* provavelmente na mesma posição: *tí 'oms* 'my house', *'áop tí 'oms* 'the man's house' (p. 125).

Lyons (1999) destaca ainda que muitas línguas diferenciam os tipos de posse em termos da natureza das relações entre o *possuído* e o *possuidor*. É o caso da distinção entre a posse alienável e inalienável, em que esta última descreve uma ligação intrínseca com o possuidor, como relações com partes do corpo, relações familiares etc. e podem refletir estruturas diferentes nas línguas.

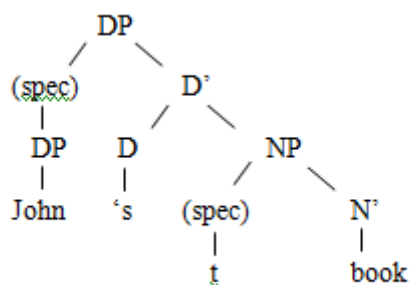
Lyons também discute os sintagmas encabeçados por possessivo (em inglês e outras línguas, mas não em italiano, por exemplo) que são considerados como definidos. Esse contraste permite estabelecer a distinção entre línguas DG (por exemplo, inglês,

irlandês) e línguas AG (por exemplo, italiano, grego), em que DG significa ‘genitivo determinante’ e AG ‘genitivo adjetival’.

Nas línguas DG, os possessivos são apresentados na posição do artigo definido e de outros determinantes, sendo assim, os próprios possessivos desempenham o papel determinante e a sua combinação com o artigo não é admitida.

(9) Inglês

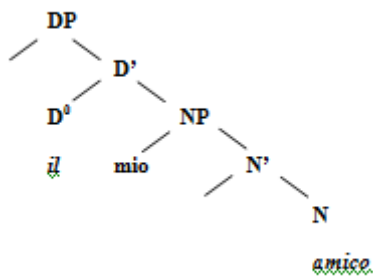
- a. *John's book*
- b. ***The book of John***
- c. *My book*
- d. * *the my book*



Nas línguas AG, os possessivos aparecem em posição adjetival, como modificadores. Sendo assim, o sintagma genitivo encontra-se na posição adjetiva e o pronome possessivo pode ser combinado com diferentes tipos de artigos e quantificadores.

(10) Italiano

- a. **mio libro*
- b. *il mio libro*
- c. *un mio libro*



Dessa forma, o autor argumenta que em línguas DG, em que o SN está na posição de especificador, temos a referência definida, enquanto em línguas AG, temos um possessivo pré-nominal adjetivo, na posição de especificador, e o artigo ou o demonstrativo, como especificador, confere definitude ao SN. Portanto, a definitude de um possessivo estaria ligada à posição do especificador.

No entanto, existiriam línguas mistas, as quais teriam construções gramaticais tanto como DG quanto como AG, como é o caso do espanhol.

(11) Espanhol

a. *mi casa*

b. *la casa mía*

c. *una casa mía*

“There also mixed languages – in fact a great many languages combine elements of both patterns. It is therefore constructions, not languages, that are DG or AG.” (Lyons, 1999:133)

1.2 Conclusão do Capítulo

Conclui-se desse capítulo que nem todas as línguas possuem a definitude gramaticalizada, mas que todas as línguas possuem estratégias para representar a definitude, já que o conceito semântico/ pragmático de definitude vai além de sua representação morfológica.

Com base nas categorias assumidas por Lyons a respeito dos tipos de realizações da definitude nas línguas do mundo, vale ressaltar que as línguas Tupí-Guaraní não possuem artigos e, portanto, cabe à pesquisa verificar se outras estratégias para

configurar a definitude são utilizadas nessas línguas. Sendo assim, essas línguas poderiam ser do tipo I, possuindo apenas estratégias semânticas/ pragmáticas para a realização da definitude, ou do tipo II, que codificam a definitude no sistema de pronomes possessivos, pessoais ou demonstrativos, que se manifestam como formas definidas complexas, ou ainda do tipo III, em que tanto o sistema pronominal, quanto os sintagmas nominais plenos são afetados.

A proposta que será defendida nos próximos capítulos é a de que a categoria que estabelece a definitude nas línguas da família Tupí-Guaraní são estruturas possessivas, por meio dos prefixos relacionais, sendo assim as línguas Tupí-Guaraní poderiam ser classificadas como línguas do Tipo II, ou seja, as estruturas possessivas nas línguas seriam um dos meios de codificar a definitude. Ressalta-se a importância da distinção apresentada por Lyons (1999) em relação à realização sintática dos possessivos, que distingue línguas AG e DG. Nesse sentido, nossa hipótese de trabalho é a de que as línguas da família TG são do tipo DG – conforme será demonstrado adiante.

A definitude codificada pela estrutura possessiva remete ao conceito de identificabilidade proposto por Lyons (1999), ou seja, a posse permite identificar o referente deste contexto.³ No capítulo a seguir, serão apresentadas as teorias existentes a respeito da estrutura do sintagma nominal.

³ Agradeço à Profa. Cristina Schmitt pela sugestão de considerar o traço de ‘identificabilidade’ na caracterização da definitude em estruturas possessivas, tendo em vista a necessidade de estabelecer um conceito operacional para a ‘definitude’, neste trabalho.

CAPÍTULO 2 – A ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL

2.1 Jackendoff (1977)

Ray Jackendoff, em 1977, propõe um modelo teórico de abordagem das questões iniciadas por Noam Chomsky, no início dos anos 70, por meio do livro: *X' Syntax: A study of phrase structure*. Nesse estudo, o autor faz uma “revisão da Hipótese Lexicalista e de suas implicações em todos os componentes da gramática” (Jackendoff, 1977, p. 07).

O autor assume a convenção X' (X-barra) como teoria das categorias sintáticas na Gramática Universal, resguardando três afirmações:

- (i) a Gramática Universal abrange um conjunto de traços sintáticos distintivos, que definem as categorias lexicais possíveis nas línguas;
- (ii) cada categoria lexical X define um conjunto de categorias sintáticas X', X''... Xn, cuja regra pode ser formulada como $X' \rightarrow \dots X_{n-1} \dots$;
- (iii) as regras da gramática são identificadas a partir de traços sintáticos e notação primitiva.

A afirmação (iii), segundo o autor, licencia a possibilidade de testar as hipóteses sobre o sistema de traços e a organização hierárquica das categorias. Contudo, algumas questões são levantadas, a saber: o que seriam “os traços sintáticos”; há um valor máximo para “n” na fórmula apresentada e este é o mesmo para cada categoria?

Utilizando a língua inglesa como fonte de pesquisa, Jackendoff (1977) dá início a sua proposta de traços sintáticos distintivos. Considerando o sistema de traços apresentado por Chomsky (1970), na análise das categorias lexicais (A, N, V), Jackendoff propõe a especificação das categorias em termos do critério de possuírem sujeito, objeto, complemento e determinação, ou seja, as categorias seriam divididas segundo estes critérios, ficando dispostas segundo o quadro abaixo:

Quadro 1 - Classes Gramaticais (Jackendoff 1977)

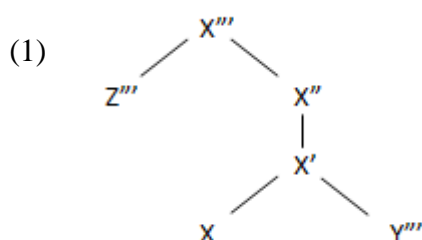
	Sujeito	Objeto	Complemento	Determinante
V	+	+	+	
M	+	+	-	
P	-	+	+	
Prt	-	+	-	
N	+	-	+	
Art	+	-	-	+
Q	+	-	-	-
A	-	-	+	
Deg	-	-	-	+
Adv	-	-	-	-

Fonte: Jackendoff (1977:33)

Após a apresentação dos traços definidos para cada categoria lexical, Jackendoff aprofunda-se na formalização dentro da estrutura sintática. Segundo o autor, “o conjunto das categorias sintáticas de uma língua é determinado pelas categorias lexicais mais as categorias hierárquicas projetadas por ela” (Jackendoff, 1977, p. 34). Considerando a fórmula $X' \rightarrow \dots X_{n-1} \dots$, o autor deixa em aberto duas questões:

1. Qual seria o valor máximo de " (níveis barra) e se são diferentes entre as categorias;
2. O que pode ocupar a posição à direita de X_{n-1} .

Para o autor, o valor máximo de " (níveis barra) seria 3, e toda categoria à esquerda ou à direita de X_{n-1} seria uma categoria sintática máxima ou um formativo gramatical especificado. Portanto, a notação das categorias máximas S, NP, AP, AdvP, PP e QP passa a ser dada como V''' , N''' , A''' , Adv''' , P''' e Q''' . Por conseguinte, Jackendoff apresenta uma nova configuração para a estrutura sintática:



Após apresentar sua teoria, Jackendoff analisa as consequências desta dentro da língua inglesa, explicitando o sistema de complementos, especificadores, sentenças relativas, entre outros. Para o nosso trabalho, limitar-nos-emos à abordagem dos complementos e especificadores, destacando as afirmações concernentes à categoria N.

A respeito do complemento, o autor apresenta três formas distintas de integrar um complemento à interpretação semântica: (i) Como argumento funcional (X'); (ii) Como um modificador restritivo (X''); (iii) Como um modificador não restritivo (X'''). Portanto, nota-se a correlação entre a sintaxe e a semântica no sistema de complementação.

O autor investiga os sintagmas abaixo, fazendo uma análise do núcleo N', destacando que, exceto o sujeito, todos os argumentos funcionais encontram-se na posição imediatamente depois do núcleo.

- (2) a) the king of England from England
- b) * the king from England of England

Desta forma, Jackendoff defende o argumento de que a agramaticalidade em (b) pode ser compreendida pelo fato de existirem dois tipos diferentes de complementos, ou seja, 'of England' seria um complemento de N'' e 'from England', seria um complemento de N''', e as diferentes posições ocupadas corresponderiam a diferentes papéis semânticos. Sem assim, um complemento de N''' seguiria automaticamente um complemento de N''. No entanto, apesar de ter conseguido realizar essa descrição, a abordagem de Jackendoff não explica os motivos de tal ocorrência.

Outras questões foram surgindo que a proposta de Jackendoff não conseguia contemplar, por exemplo: a distinção entre os complementos de N'' e os de N'''. O autor apresentou as sentenças abaixo indicando que existia de fato uma diferença.

- (3) a) Father of few children have any fun.
- b) * Father with few children have any fun.

As sentenças demonstram que a agramaticalidade de (b) poderia ser justificada pelo fato de o quantificador poder se expandir para além do domínio de NP, caso seja um complemento de N', não sendo, porém, possível se for um complemento de N''.

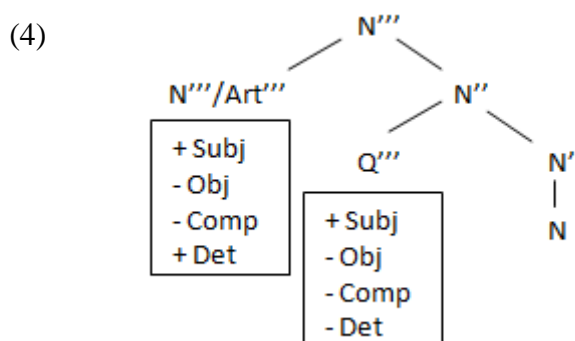
Enquanto N' e N'' apresentam diferenças quanto à complementação, a relação de N'' e N''' é mais simples. Enquanto, os complementos de N'' podem ser chamados de sentenças relativas restritivas, os complementos de N''' funcionam como sentenças relativas não restritivas. Assim os complementos N''' seguem os de N''.

A análise dos especificadores de NP evidencia que os determinantes, quantificadores e expressões gradativas, embora desempenhem papéis menores na estrutura da sentença, são importantes nos sintagmas NP, AP e PP. No entanto, ao realizar a explicação, Jackendoff apresenta dificuldades relacionadas a esses especificadores, a saber: (i) número pequeno de itens lexicais e com diferenças idiossincráticas; (ii) no inglês, o sistema dos especificadores parece apresentar uma menor correlação entre as regularidades semânticas e as posições sintáticas.

O autor faz uma distinção entre os especificadores considerando os papéis temáticos que desempenham. Assim temos: (a) Demonstrativos: artigos definidos (*the, this, that, these, those*), artigos indefinidos (*a, some*) e os interrogativos; (b) Quantificadores: *each, every, any, all, many, few, much, little, some*; (c) Numerais: cardinais, *little*.

Esses elementos estão distribuídos em duas posições de especificadores, ou seja, em N''' e em N'' e são de categorias Art e Q, respectivamente. Os demonstrativos aparecem em N''', mas os quantificadores se dividem nas posições N''' e N''. Para explicar as estruturas com dois quantificadores e a distribuição deles na posição de especificador, Jackendoff lança mão da “Restrição de Especificador”, que consiste na afirmativa de que o especificador de NP pode conter no máximo um demonstrativo, um quantificador e um numeral.

Assim a estrutura arbórea proposta por Jackendoff contempla a divisão dos quantificadores em duas categorias sintáticas: Art – quantificadores de N''', que não podem ocorrer com os demonstrativos, e Q – quantificadores, tais como *many, few, several*, que são gerados no especificador de N'', como demonstrado a seguir:



Portanto, é a presença ou não do traço [\pm Det] que determinaria a posição a ser ocupada pelas categorias na estrutura, segundo a proposta de Jackendoff (1977).

2.2 A Hipótese DP

Em meados dos anos 80, o estudo das categorias funcionais ganha grande impulso na investigação sintática (cf. Raposo 1993, Pollock 1989; Chomsky 1989). Este impulso acarretou o desenvolvimento de uma estruturação mais sofisticada para o sintagma nominal, que foi capaz de abrigar adequadamente a posição dos determinantes, por exemplo.

Entre os trabalhos que tratavam do sintagma nominal destaca-se a proposta conhecida como “*Hipótese DP*”, a qual assumiu que o sintagma nominal dispunha de uma hierarquia análoga a de uma sentença, o que possibilitou um tratamento mais flexível das questões relacionadas ao sintagma nominal, de forma que recuperou o interesse para a investigação dessa categoria sintática, que era, em geral, tomada como isenta de complexidade interna.

2.2.1 A análise de Szabolcsi (1983;1994)

Os trabalhos de Szabolcsi (1983, 1994) apresentam os primeiros argumentos para a existência de uma projeção máxima dos constituintes nominais, como a categoria D, a qual seria capaz de identificar a referencialidade do sintagma nominal. Seguindo a ideia de que o constituinte D apresenta um comportamento paralelo ao do complementizador de uma sentença, Szabolcsi analisa a estrutura do sintagma nominal em húngaro, em que a estrutura da língua incorpora um núcleo de concordância e um núcleo determinante distintos.

Para isso toma como base o fato de, nessa língua, as marcas de concordância e de caso do possessivo⁴ terem realizações morfológicas no nome (possuído), como demonstrado nos exemplos a seguir:

⁴Pronomes possessivos têm a mesma forma dos pronomes pessoais no nominativo (ausência de flexão), o que é interpretado como indicação de que o caso do possuidor é nominativo como o do sujeito sentencial.

- (5) a) az én-0 kalap – om
o eu(-NOM) chapéu-POS.1SG
“o meu chapéu”
- b) az én-0 kalap -já -i -m
o eu(-NOM) chapéu-POS-PL-1SG
“os meus chapéus”
- (6) a) a te-0 kalap-od
o tu(-NOM) chapéu-POS.2SG
“o teu chapéu”
- b) a te-0 kalap-od -i -d
o tu(-NOM) chapeú-POS-PL-2SG
“os teus chapéus”
- (7) a) az ó-0 kalap-já
o ele/ela(-NOM) chapéu-POS.3SG
“o seu chapéu”
- b) az ó-0 kalap-juk
o ele/ela(-NOM) chapéu- POS.3PL
“seus(deles/delas) chapéus”
- (8) a) **Mari(-NOM)** kalap-ja
(o) Mari(-NOM) chapéu-**POS.3SG**
‘o chapéu de Maria’

Szabolcsi ressalta que a morfologia dos sintagmas nominais que envolvem estruturas de posse é a mesma morfologia que ocorre nas sentenças, como destacado no exemplo (9) e (8a.), em que o sujeito sentencial de (9) possui a mesma marca morfológica do possuidor em (8a.), bem como as marcas morfológicas de concordância sujeito-verbo realizadas no verbo são idênticas às realizadas no nome:

- (9) **Mari(-NOM)** alud -t -0
Mari(-NOM) dorm- **PAS.3SG**
‘Maria dormiu’

Com base na analogia observada entre a morfologia de concordância envolvendo os sujeitos nominais [NP NP] e sujeitos sentenciais [NP IP], Szabolcsi ressalta que o sintagma nominal no húngaro tem seu próprio núcleo INFL. Desse modo, elucida a relação equidistante existente entre sentenças e sintagma nominal.

Assim a sentença teria um núcleo INFL para atribuição de Caso nominativo ao sujeito, enquanto o sintagma nominal teria um núcleo INFL para atribuição de Caso

nominativo ao sujeito nominal, conforme a especificação do morfema de posse [+/- POS].

A proposta de Szabolcsi reconhece que a estrutura do sintagma nominal (húngaro) é equivalente ao da sentença, de forma que as duas estruturas contêm flexão (INFL) e tem um determinante como núcleo (DP=CP). Sendo que os artigos fazem parte da categoria D, que encabeça o sintagma nominal em contraste com os outros determinantes que ocupam a posição DetP na árvore. Ressalta-se que o elemento flexional I não tem uma projeção independente, mas forma um composto com N⁵.

2.2.2. A proposta de Abney (1987)

Tendo como base a teoria de Princípios e Parâmetros, Abney (1987) propõe uma análise em que os determinantes (artigos e demonstrativos) seriam investigados como categorias funcionais nucleares que selecionam um elemento lexical – o sintagma nominal. Assim, o DP passa a ser categorizado como projeção máxima da categoria determinante, dando continuidade ao modelo X-barras de Chomsky (1980).

Na primeira formulação da teoria X-barras, o determinante ocupava a posição de especificador do sintagma nominal, conforme visto na proposta de Jackendoff (1977), sendo o nome (N) analisado como núcleo deste sintagma. Portanto, ao se estabelecer a existência da categoria DP, permite-se que haja um espaço mais amplo para a configuração sintática da estrutura do constituinte nominal, em que podem ser incluídos os elementos nominais e funcionais.

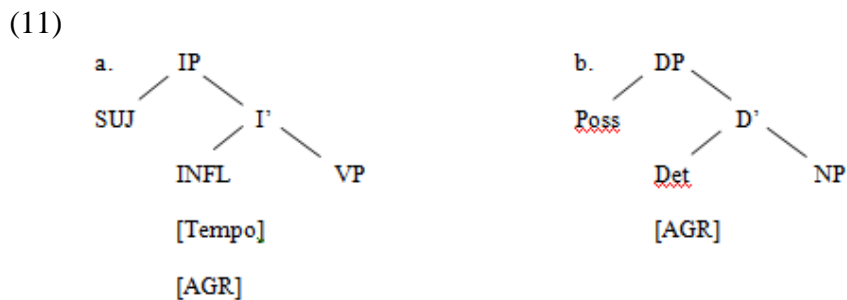
Abney (1987) utiliza dados de línguas como o húngaro, o turco, o esquimó e o maia, que possuem evidências de que o DET nessas línguas é o lugar dos traços gramaticais de número, gênero e pessoa e que possuem um sistema de concordância no sintagma de posse, como demonstrado nos exemplos a seguir, do yup'ik (língua esquimó):

⁵ Szabolcsi motiva essa decisão em termos de atribuição de papel-0 e Caso nominativo ao DP possuidor e da sua interação em escopo com o possuído quantificado.

Yup'ik

- (10) a. angute – m kiputa-a-Ø
 man – ERG buy-OM-SM⁶
 ‘the man bought it’
- b. angute-m kuiga- Ø
 man-ERG river-SM
 ‘the man’s river’

Assim o autor propõe que o a categoria DET no NP é semelhante ao INFL na sentença, como ilustrado em (11). Dessa forma, é possível selecionar um complemento lexical e projetar uma posição de especificador. O elemento AGR dentro do DP, assim como o AGR verbal, possibilita a checagem de caso com o especificador e o controle da concordância morfológica do complemento NP:



Portanto, o determinante na estrutura do sintagma nominal e a flexão na estrutura oracional apresentam funções semânticas semelhantes: o determinante especifica a referência de um sintagma nominal por selecionar um nome (substantivo ou adjetivo) e a flexão atua de modo semelhante em relação ao verbo. Assim o autor defende que há um paralelismo entre a estrutura do sintagma nominal e o sintagma verbal.

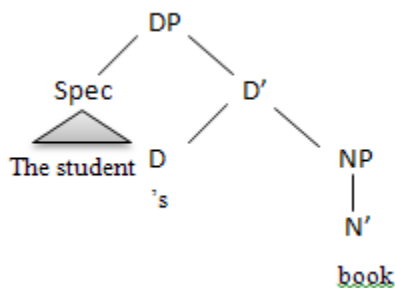
⁶ Exemplo Abney (1987) p.39 – ‘SM’ é a abreviatura “Subject agreement marker” and ‘OM’ abbreviates “object agreement marker”.

The function of the determiner is to specify the reference of a noun phrase. The noun provides a predicate and the determiner picks out a particular member of that predicate's extension. The same function is performed in the verbal system by tense, or Inflection. The VP provides a predicate, that is, a class of events, and tense locates a particular event in time. (Abney, 1987: 50)

A proposta assegura que da mesma forma que uma projeção verbal abrange um VP dominado por projeções funcionais, tais como AgrP e IP, as projeções nominais também poderiam ser tidas como uma projeção do núcleo N dominada por projeções funcionais, como D e AgrP e que se comportariam semelhantemente à oração. Sendo assim, a proposta de Abney (1987) da estrutura hierárquica em que os DP's são projeções máximas de NP's, permite que as categorias funcionais internas ao DP tenham melhor sustentação na explicação de sua configuração estrutural.

Em relação ao genitivo pré-nominal no inglês, Abney (1987) constatou que este constitui o sujeito da sentença enquanto o morfema possessivo 's' ocupa a posição de determinante. Deste modo, o Caso genitivo é atribuído ao sujeito no sintagma nominal da mesma forma que Infl atribui Caso nominativo ao sujeito da oração:

(12)



Posteriormente à investigação de Abney, várias pesquisas trouxeram suporte empírico para sua hipótese, conforme trabalhos de Ritter (1987), Delsing (1988), Ouhalla (1988) e Taraldsen (1990). E a partir de sua análise outras pesquisas identificaram outras projeções funcionais, como Ritter (1991), que contribui trazendo argumentos para a existência de uma projeção funcional NumP e ainda Rouveret (1991), que propôs que os pronomes seriam NumPs, entre outros.

2.2.3 Os DP's como argumentos - Longobardi (1994)

Longobardi (1994) fundamenta sua proposta de análise do sintagma nominal com base na “hipótese DP” apresentada por Abney (1987), entre outros, em que, como vimos, é proposta a mesma estrutura da oração para o sintagma nominal. Dessa forma, Longobardi passa a investigar a estrutura do sintagma nominal no italiano com base na configuração do CP.

As conclusões alcançadas pelo autor são consequência da evidência de que haveria movimento da posição do nome para a posição do determinante, de forma a checar traços de referencialidade. Assim sua investigação se direciona para uma análise do sintagma nominal do italiano em comparação com os dados do inglês, de forma que constatou a existência de uma diferença paramétrica entre essas duas línguas.

Ao analisar os nomes e os determinantes em diferentes contextos semânticos, Longobardi (1994) apresenta evidências da existência de movimento de núcleo de N para D, que se realiza abertamente em línguas românicas, e de forma encoberta em línguas como o inglês, dependendo dos parâmetros fixados na sintaxe da língua.

Longobardi (1994:662) destaca que na estrutura do sintagma nominal, algumas variedades de línguas românicas admitem a variação no uso do artigo quando ocorre junto a nomes próprios como é o caso do Italiano.

- (13) a. Il Gianni mi ha telefonato **Italiano**
 'O Gianni me telefonou'
 b. Gianni mi ha telefonato
 'Gianni me telefonou'

Em línguas como o inglês, o comportamento dos nomes próprios e do determinante é diferente, pois os nomes próprios se apresentam obrigatoriamente como nomes “nus”, como exemplificado em (14). Além disso, as orações interpretadas em contextos genéricos também nunca permitem o uso do artigo em inglês como em (15).

- (14) a. John call me yesterday
 b. * The John call me yesterday

- (15) a. Elephants are big animals
b. *The elephants are big animals

A partir dos exemplos, Longobardi (1994) argumenta que todo sintagma nominal em posição de argumento é um DP, mesmo nos casos em que não apresenta o artigo, como nos exemplos do inglês. Nesses casos, a posição de nome e do determinante formam uma cadeia licenciando o movimento de N para a posição de D. O movimento não ocorre em todas as línguas, mas existiria uma diferença paramétrica entre as línguas, limitando sua realização em apenas algumas línguas.

A leitura definida nos casos sem o artigo junto a nomes próprios só é possível devido ao movimento de N para D. Sendo assim, a gramática do italiano exige a realização lexical da posição de D, de forma que não pode ficar vazia.

Longobardi (1994:621) ainda apresenta argumentação no sentido de que no italiano, quando em posição de predicado, mesmo quando existem dois nomes coordenados com determinantes realizados, a concordância não é obrigatória. Portanto, demonstra a existência de uma distinção entre a posição de argumento versus predicado, o que corrobora que é preciso ter um D preenchido nos argumentos.

A contribuição trazida pelo estudo de Longobardi (1994), da distinção paramétrica entre as línguas, revela a importância e necessidade do licenciamento de uma categoria D na estrutura do sintagma nominal quando em posição de argumento.

2.3 Propriedades semânticas do DP

Chierchia (2003) argumenta que o programa de análise semântica tem como ponto de partida a reconstrução da forma lógica das línguas naturais a partir do desenvolvimento de uma semântica denotacional. O autor argumenta contra a universalidade do DP como uma projeção funcional. O autor propõe que, em algumas línguas, o NP sem a projeção do DP permite a realização argumental. A hipótese utilizada pelo autor leva em consideração um parâmetro universal *Nominal Mapping Parameter*, que define como um NP recebe a sua interpretação numa língua particular.

O parâmetro semântico estabelecido é responsável pelo mapeamento, que busca abarcar a variação existente em relação à distribuição e interpretação de DPs plenos/

nomes nus. A tipologia sugerida define três tipos de línguas: línguas como o chinês, línguas germânicas e línguas românicas, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Tipologia das línguas (Chierchia, 1998)

	Predicado	Argumento
Chinês	-	+
Línguas românicas	+	-
Línguas eslavas e germânicas	+	+

A tipologia de Chierchia (1998) é baseada nos traços [+/- argumento] e [+/- predicado]. Segundo o autor, determinantes ou determinadores são expressões que sintaticamente precedem o nome ‘flor’ nas sentenças (16) e (17).

(16) **Uma** flor linda.

(17) **Toda** flor é linda .

Assim determinantes seriam o artigo indefinido e o elemento que exprime a quantidade a ser considerada em relação a uma classe. Portanto, considera-se determinantes os “qualificadores”/ “determinadores” dos nomes ou dos sintagmas nominais tais como: *um, uma, uns, umas, o, os, a, as, nenhum, algum, alguns* etc. Chierchia (2003) descreve o determinante como uma palavra ou sintagma que pode ocorrer à esquerda de um nome ou de um grupo nominal em contextos como: $_ N V$, ou $V_t _ N$.

2.4 Conclusão do Capítulo

Este capítulo teve o intuito de apresentar alguns aspectos da discussão teórica a respeito da estrutura do sintagma nominal. Ressalta-se a existência de três teorias distintas, de acordo com sua evolução cronológica e teórica. A primeira em que teríamos apenas a categoria N e os determinantes seriam representados dentro da projeção desta categoria. A segunda determina a existência de uma categoria funcional

D, responsável por abrigar os determinantes, projetando o DP, que teria papel semelhante ao CP, na estrutura da oração. Essa abordagem permite considerar que a categoria DP é universal, independentemente de sua realização lexical, sendo associada ao estatuto argumental do sintagma nominal. E por fim, a terceira teoria, que determina a existência de línguas do tipo NP e línguas do tipo DP.

Mas o que a diferença teórica da estrutura do sintagma nominal tem a ver com a definitude? Segundo Lyons, a definitude, quando gramaticalizada, está localizada na categoria D. Adotando a perspectiva de Lyons, o próximo capítulo apresentará a proposta de Bošković (2008) para a existência de línguas com e sem determinantes e será realizada a aplicação às línguas Tupí-Guaraní dos testes que ele propõe para formular suas generalizações, a fim de verificar a existência ou não da categoria D nessas línguas.

CAPÍTULO 3 – A CATEGORIA D NAS LÍNGUAS TUPÍ-GUARANI

3.1 A proposta de Bošković (2005, 2008) e o Parâmetro DP/NP

O parâmetro DP/NP, proposto por Bošković (2005), supõe uma diferença na estrutura do sintagma nominal com relação à manifestação da categoria determinante (D), realizada pelo artigo definido. Na presença dessa categoria, tem-se a língua DP; na ausência dessa categoria, não haveria a projeção do DP, e tem-se a língua do tipo NP. Conforme Bošković, na língua NP, adjetivos, demonstrativos, possessivos seriam gerados como modificadores em posição de adjunto ou no especificador de NP, enquanto que em línguas do tipo DP, o DP comandaria toda a estrutura.

- (1) a. $[_{DP} D^0 [_{DemP} Dem^0 [_{AdjP} Adj^0 [_{NP} N^0]]]]$ – *língua DP*
b. $[_{NP} [_{DemP} Dem^0 [_{AdjP} Adj^0]] N^0]$ – *língua NP*

Bošković (2005, 2008) apresenta uma proposta de trabalho que consiste em verificar diferentes fenômenos linguísticos ligados à presença ou à ausência da categoria DP. Dessa forma, o autor apresenta diversas generalizações, em que o papel da categoria D seria fundamental e avalia o comportamento das línguas em relação a essas propriedades.

Conforme mencionado anteriormente, o presente estudo defende a proposta de que as línguas Tupí-Guaraní teriam a categoria D na estrutura sintática, tendo em vista a manifestação sistemática da morfologia R, responsável por codificar a relação entre o núcleo N e um constituinte a ele vinculado como argumento/possuidor/modificador (ver Introdução). Dessa forma, passamos a discutir o comportamento dessas línguas em termos de algumas das generalizações apresentadas por Bošković (2005, 2008) na tipologia que distingue línguas com e sem a projeção de D.

3.2 Aplicação das generalizações de Bošković (2008) às línguas Tupí-Guaraní

a) Somente línguas sem artigos permitem a extração do ramo à esquerda do sintagma nominal.

Bošković (2005, 2008) observa que a extração do ramo à esquerda do sintagma nominal é possível em línguas sem artigo, como o servo-croata (1a), e impossível em línguas com artigo como o búlgaro (2b)⁷.

(2) *Expensive_i he saw [t_icars]

(3) Skupa_i je vidio [t_i kola] (SC)

expensive is seen car

(4) Doroguju_i on videl [t_i mašinu] (Russo)

expensive he saw car

Bošković (2008) deriva o efeito de bloqueio da extração de adjunto de DP com três hipóteses:

- i. DP é uma fase, enquanto NP não é.
- ii. Para um elemento ser extraído a partir de uma fase, é necessário que se mova pelo lado esquerdo/spec da fase (Condição impenetrabilidade de Fase (PIC)).
- iii. Movimento de constituinte em posição de adjunto é excluído pela anti-localidade, a qual requer que o movimento ultrapasse pelo menos uma projeção máxima – assim, AP, adjungido ao NP, ao ser extraído,

⁷ Bošković concentra-se na extração do ramo à esquerda do adjetivo, ignorando a extração do possuidor. A razão para isto é que várias justificativas da proibição da extração do ramo à esquerda em línguas com artigo deixam uma brecha para extração do possuidor ocorrer em algumas línguas deste tipo (ver Bošković 2005b: 4). Assim, o húngaro, que tem artigo, permite a extração do possuidor, embora não permita a extração de sintagma adjetival (ver, no entanto, Dikken 1999, o que sugere que a extração do possessivo no húngaro pode realmente envolver a configuração do tipo deslocamento à esquerda com um pronome resumptivo).

ultrapassa um segmento (e não uma projeção máxima), no deslocamento para a periferia do DP (specDP).

Assim, nas línguas DP, o movimento para posição externa à fase do DP deve passar por uma localidade intermediária: o SpecDP, sendo proibida uma ligação direta, devido a regra de anti-localidade, que exige que o movimento de XP ultrapasse uma categoria de nível máximo, antes de chegar ao ponto de aterrissagem, o que não ocorre em (5a), pois XP está adjungido ao NP, o que torna NP um segmento (não um nível máximo). Este não é o caso de línguas NP, que, não sendo uma fase, não tem essa exigência (cf. (5b)):

- (5) a. $[_{DP} [_{D'} D [_{NP} [XP] [_{NP} N]]]$
 b. $[_{NP} [XP] [_{NP} N]]$

Sendo assim, línguas NP permitem a extração do ramo a esquerda, enquanto em línguas DP, a extração não é possível, devido à regra da anti-localidade.

Em línguas Tupí-Guaraní, parece existir restrição à extração do ramo à esquerda, diante das propriedades morfosintáticas observadas na estrutura do sintagma nominal. Considerem-se os dados a seguir:

- (6) *a-pyhý* *[há=Ø-taký Ø-mukú-a]* *ri*
 2/IMP – pegar 1=R¹-faca R¹-comprida-N logo **Guajá**
 ‘pegue logo a minha faca comprida’ (Magalhães, 2007:22)

- (7) *[awa Ø-wahí-a]* *takwarakér-a* *Ø-mi-hĩ* *i-m* *Ø-pé*
 Guajá R¹-mulher arroz-N 3-CAUS-macio R²-marido R¹-para
 ‘a mulher Guajá cozinha arroz para o seu marido’ **Guajá** (Magalhães, 2007:205)

- (8) *inuhũ* *[kahú r-apé-puhú-a]* *anyĩ*
 Dois carro R¹-caminho-novo-N CONJ **Guajá**
 ‘tem duas estradas novas’ (Magalhães, 2007:42)

A pergunta é se as categorias ‘mukú-a’ e ‘awa’, glosadas, respectivamente, como ‘comprida’ e ‘Guajá’, que ocorrem na estrutura do sintagma nominal, como modificadores dos nomes ‘taky’ e ‘wahi-a’, glosados, respectivamente, como ‘faca’ e ‘mulher’, podem ser deslocadas para uma posição externa à configuração nominal, supostamente para uma posição na periferia da oração. Nossa previsão é que esse movimento não é possível. Note-se que, em (6), somente a categoria ‘mukú-a’ (comprida), recebe a marca N (por hipótese, uma marca de caso/argumento⁸), o que sugere que as propriedades formais dessa categoria percolam para o núcleo da configuração nominal: ‘taky’.

Nota-se que, em (7), a categoria ‘awa’, descritiva, glosada como ‘guajá’, ocorre à esquerda do núcleo nominal ‘wahi-a’, glosado como ‘mulher’, sendo esse último elemento o que recebe a marca N. É evidente, portanto, que a marca N pode ser anexada a qualquer um dos elementos – seja o núcleo, seja o modificador. Além disso, a marca N sempre ocorre à direita, o que indica que esteja anexada ao constituinte formado pelos dois elementos. Propomos que tal situação impede o deslocamento de qualquer categoria constitutiva do DP para uma posição externa. Diferentemente, em (8), o nome e a palavra modificadora formam um composto, ‘r-apé-puhua-a’, a morfologia R indicando a relação com o termo ‘kahú’. Nesse sentido, esse dado distingue-se de (6), em que não há formação de composto, é o núcleo nominal forma constituinte com o clítico pronominal ‘ha=’ (1p), em uma configuração genitiva. Supostamente, nesse caso, o sintagma descritivo deverá ter escopo sobre a configuração genitiva. Em (8), o sintagma modificador não tem escopo sobre a configuração genitiva, como se depreende da impossibilidade de coordenar elementos.

Uma nota sobre modificadores nominais em TG

Magalhães (2008) discute o estatuto categorial de modificadores de nomes na língua Guajá, propondo que esses elementos manifestam propriedades da categoria adjetivo. A autora parte da observação de que tais categorias “em línguas Tupí-Guaraní

⁸ Existe debate na literatura tupinista quanto ao estatuto formal da categoria que ocorre na estrutura dos sintagmas nominais. Sabe-se que é uma marca que distingue argumentos e predicados. No entanto, não é comparável ao sistema de caso de línguas como o latim, em que ocorre distinção na função sintática (nominativo=sujeito; acusativo=objeto; dativo=objeto indireto). Além disso, não se trata de uma flexão do nome, como no latim, o que sugere que se trata de uma categoria anexada ao constituinte.

ora são descritos como ‘nomes de qualidade’ (Rodrigues, 2001a, para o Tupinambá), ora como substantivos (Dietrich, 2001, para as línguas Tupí-Guaraní), ora como ‘verbos descritivos’ (Seki, para o Kamaiurá e Jensen 1989, para o Wayampi), ora como ‘classe de estados’(Queixalós 2006, para a família Tupí-Guaraní). Isso ocorre devido às propriedades morfossintáticas que assumem, que permitem compará-los tanto aos substantivos quanto aos verbos.

Se levarmos em consideração a proposta de Dixon (1982) a respeito da semântica dos adjetivos, iremos notar que a propriedades descritivas de tais elementos, nas línguas Tupí-Guaraní, possuem os tipos semânticos que poderiam identificar essa classe: dimensão, propriedade física, cor, propensão humana, idade, valor e velocidade. Magalhães (2007:21) mostra que, no Guajá, tais elementos descrevem propriedades físicas estáveis dos nomes a que se ligam, como *-amãj* ‘grande’, *-japahu* ‘curto’, *-piry* ‘vermelho’, e propriedades temporárias, como *-ahý* ‘macio’.

Conforme mencionado, suas propriedades morfossintáticas ora os aproximam a verbos, ora os aproximam aos substantivos. A característica que permite identificá-lo com nomes e verbos (também posições) é o uso do prefixo relacional (R). No entanto, não admitem prefixos pessoais da série nominativa, própria dos verbos, nem o morfema *-a*, próprio dos nomes, embora possam ocorrer como núcleo em configuração modificada por um nome, sendo a configuração como um todo marcada pelo morfema *-a*, conforme (9), e necessitem de sufixo nominalizador, como verbos, quando assumem função argumentativa secundária, conforme (10):

(9) *[ha = taky mukú]-a a-xá*
 1s=R-faca R-comprido-N 1-ver
 ‘eu vi a minha faca comprida’

(10) *Ø-pá h-ahy-há-Ø*
 3-acabar R²-doente-NZR-ARG
 ‘a doença dele acabou’ (Magalhães, 2007:22)

Seguindo Magalhães (2007), concluímos que a categoria adjetivo está realizada na língua e estendemos provisoriamente essa conclusão às demais línguas TG, para

efeito da discussão referente ao movimento dessa categoria para posição externa à estrutura do sintagma nominal.

b) Línguas sem artigos não permitem nomes com dois genitivos.

Outra generalização postulada por Bošković (2008) na distinção de línguas do tipo DP e NP é a possibilidade de ocorrência de dois argumentos genitivos. De acordo com William (2000), citado pelo autor, um segundo genitivo só pode ser estruturalmente realizado em uma camada superior ao NP, no caso o DP. Inversamente a falta do DP causaria a impossibilidade de dois genitivos, o que se confirma em línguas sem artigo, como o servo-croata.

Como se observa no exemplo (11), o Guajá, uma língua Tupí-Guaraní, permite o uso do duplo genitivo. Assumindo-se a análise proposta do Bošković (2008), o duplo genitivo exigiria a projeção da categoria DP, acima de NP.

- (11) [[*ha=n-imá* *n-ahý-á*]-*e* \emptyset -*mumu'ũ-á*] -*em-a*
1=R¹-animal de criação R¹-doença-NZR-RETR R¹ - narrar – NZR –N
'a narração da doença do meu animal de estimação'
(Magalhães,2007:28) **Guajá**

c) Somente as línguas com artigos permitem duplicação de clíticos.

A duplicação de clíticos é uma construção em que um argumento realizado como um clítico pronominal co-ocorre (e é correferencial) com outro argumento, tal como ilustrado no exemplo do búlgaro em (12a), abaixo, em que o clítico 'go' co-ocorre e é correferencial com o argumento DP *Ivo*. Uma construção desse tipo não é possível em línguas como o servo-croata, que é identificada como uma língua NP (12b):

- (12) a. *Ivo go napisa pismoto.* **Búlgaro**
Ivo it wrote letter-the
'Ivo wrote the letter.'

b. **Ivan (*ga) napisa pismo.* **(SC)**

O requisito de definitude/ especificidade atribuído às estruturas de duplicação de clíticos é analisado como evidência para a existência de uma categoria D. O exemplo (25) demonstra a existência de duplicação de clíticos em kaiabí, língua da família Tupí-Guaraní.

- (25) *ore – r – a' yra ŋa ka'ia o-juka*
1pl-R1-filho ele macaco 3-matar **Kaiabí**
'Nosso filho matou o macaco' (Gomes, 2008:48)

Segundo Gomes (2008), em kaiabí, qualquer NP com traço [+humano], sendo este sujeito, objeto do verbo, objeto de posposição ou sintagma genitivo, pode ser redobrado por um clítico. Sendo assim, segundo a análise do autor, os clíticos redobrados e o NP se encontram dentro de um mesmo sintagma DP. O autor afirma que uma forma de comprovar essa proposta é que os dois elementos se deslocam para a posição de foco, como pode ser visto em (26):

- (26) [*ka'ia gã]* *tee je i-juka-ú*
[macaco ele] apenas eu 3-matar-enf. **Kaiabí**
'Só macaco eu matei' (Gomes, 2008:48)

O autor assume que nesses casos o clítico seria o núcleo de DP e o NP ficaria na posição de especificador, dessa forma, devem manter uma relação de concordância, tendo os mesmo traços de gênero e número. Os traços phi que o clítico carrega na posição de núcleo de DP, dão à construção o efeito de definitude, como ilustra o exemplo (27):

- (27) a. *Apiaká a'yra*
Apiaká filho
'filho de Apiaká'

- b. *Apiaká a'yra wã*
Apiaká filho eles
“Os filhos de Apiaká”

3.3 Conclusão do Capítulo

A verificação do comportamento das línguas Tupí-Guaraní, com base nas generalizações de Bošković (2008), pode demonstrar que essas línguas, apesar de não terem artigos, possuem na sua estrutura a categoria DP, a qual, por hipótese, é realiza a morfologia relacional (R), em estruturas possessivas, codificando a definitude nessas línguas. No próximo capítulo, passaremos ao estudo do sintagma nominal em línguas da família TG, a fim de verificar a realização gramatical da categoria D, considerando não apenas estruturas possessivas, mas também estruturas com pronomes demonstrativos e como modificadores.

CAPÍTULO 4 – DEFINITUDE NOS SINTAGMAS NOMINAIS DE LÍNGUA TUPÍ-GUARANÍ

4.1 A estrutura do sintagma nominal nas línguas Tupí-Guaraní

Na maioria das línguas Tupí-Guaraní o sintagma nominal é composto por um núcleo nominal, o qual pode aparecer com modificadores e elementos periféricos opcionais. Em grande parte dos sintagmas nominais temos o nome e os pronomes independentes constituindo o núcleo do sintagma. Os sintagmas nominais ocorrem como argumentos de predicados na função de sujeito e objeto (1), e como complementos de posições (2).

- (1) [*xãwãr-a*] *n=ao'o-j* [*konomĩ-Ø*]
cachorro-N não=3.I-morder-Neg menino-N **Tapirapé**
'o cachorro não mordeu o menino' (Praça, 2007:91)

- (2) [*toryw-a r -ehe*] *e-moneta*
festa -N Rel -sobre 2sg-narrar/Imper **Kamaiurá**
"narre sobre a festa" (Seki,2000:75)

Levando-se em consideração que as línguas Tupí-Guaraní são línguas DP e a distinção recorrentemente referida nos estudos das línguas Tupí-Guaraní entre nomes *possuíveis* e não *possuíveis*, podemos classificar os sintagmas nominais das línguas Tupí- Guaraní da seguinte maneira:

a) Sintagma nominal com apenas o núcleo nominal ou pronominal

De acordo com os estudos tupinistas, a distinção entre nomes *possuíveis* e não *possuíveis* é crucialmente associada à presença da morfologia 'relacional'. Em particular, nota-se que os nomes que denotam fenômenos da natureza e entidades com referência fixa ou cuja referência é determinada por critério de unicidade, familiaridade, ou por conhecimento do mundo, como 'sol', 'estrela', 'lua', 'floresta/ mato', 'rio',

‘chuva’ (cf. Lyons, 1999) são considerados *não possuíveis*, ocorrendo, portanto, despojados da morfologia R, diferentemente dos demais, em que tal categoria ocorre sistematicamente, pois são nomes de natureza relacional. Os nomes não possuíveis (3) e os nomes possuíveis, com determinantes facultativos (4), poderão ocorrer como núcleo do sintagma nominal sem necessidade de complementos.

(3) *amýn-a ha= Ø-ma-ta’amuhũ*
 chuva-N 1=R1-CAUS-molhado **Guajá**
 ‘a chuva me molhou’ (Magalhães, 2007:204)

(4) *awá – wahý-ury-hú-a kaká ni=Ø-japó-kwá-j*
 Guajá – mulher-novo –Ints –N rede NEG=japó-kwá-j **Guajá**
 ‘a mulher Guajá muito nova não saber fazer rede (Magalhães, 2007:157)

b) Sintagma nominal com determinantes⁹

Os nomes possuíveis que designam partes de um todo e membros de um sistema de relação, vão necessariamente ser utilizados em uma relação de determinação e, portanto, ocorrerão sempre em configuração com o prefixo relacional, o qual irá marcar a dependência sintática desse nome (possuído) em relação ao seu argumento (possuidor), que pode ser um nome (cf. (5)) ou um pronome dependente (cf. (6)).

(5) *Morerekwar-a r -a’yt*
 chefe -N R1 filho **Kamaiurá**
 ‘filho do chefe’ (Seki,2000:388)

(6) *ne=r-a’yt*
 2sg=R1-filho **Kamaiurá**
 ‘teu filho’ (Seki,2000:388)

⁹ Considera-se como determinantes: numerais (em alguns casos), demonstrativos, possessivos (em alguns casos), expressões indefinidas (todo, toda, a maior parte de), relativos, interrogativos.

Além dos nomes possuíveis de natureza obrigatória, também podem aparecer com determinantes os nomes possuíveis facultativos, que ocorrem ora com determinantes (cf. (7)), ora sem eles (cf. (4)), acima.

(7) <i>epe-Ø</i>	<i>akoma'e-Ø</i>	<i>rõ'õ</i>	<i>a-nopỹ</i>	<i>xe=r-eymãw-a</i>
D.E-N	homem-N	N.ASS	3.1-bater	1sg.II=R-animal.doméstico-N
<i>confressa-pe</i>	<i>rã'ẽ</i>			Tapirapé
Confressa-LOC	PAS			

'aquele homem (parece) bateu no meu cachorro em Confressa' (Praça, 2007:92)

Os nomes não possuíveis poderão aparecer com ou sem determinantes. No entanto, nesses casos, serão utilizados apenas os determinantes de natureza dêitica, como os demonstrativos. Nesses casos, a morfologia relacional não está presente nesse caso.¹⁰

c) Sintagma nominal com modificadores¹¹

Todos os nomes podem ser acompanhados por modificadores. Estes elementos, no entanto, ocorrem depois dos nomes.¹²

(8) <i>ywak-á</i>	<i>tsowy</i>	
céu -N	azul	Kamaiurá

'céu azul' (Seki,2000:119)

(9) <i>Ø-japa'á-hú</i>	<i>h-awáj-a</i>	
R2-curto-INTS	R2-rabo-N	Guajá

'o rabo dele é curtíssimo' (Magalhães, 2007:202)

¹⁰ Agradeço à Profa. Marina Magalhães pela observação quanto à possibilidade de nomes não possuíveis ocorrerem em estruturas definidas, com determinantes demonstrativos.

¹¹ Considera-se modificadores adjetivos e sintagmas posposicionais, numerais (em alguns casos).

¹² Na língua Guajá, temos exemplos em que o adjetivo está na primeira posição. No entanto, esses casos estão sempre iniciados com o relacional 2, pois trata-se de um argumento referido anteriormente, que está sendo recuperado pelo morfema R2.

<i>Ø-japa'á-hú</i>	<i>h-awáj-a</i>	
R2-curto-INTS	R2-rabo-N	Guajá

'o rabo dele é curtíssimo' (Magalhães, 2007:202)

- (10) *i-kó r-amãj-há-kér-a Ø-japó wa'ĩ Ø-pepé*
 R2-roça R1-grande-NZR-RETR-N 3-fazer babaçu R1-dentro **Guajá**
 ‘fez uma roça grande dentro do babaçual’ (Magalhães, 2007:168)

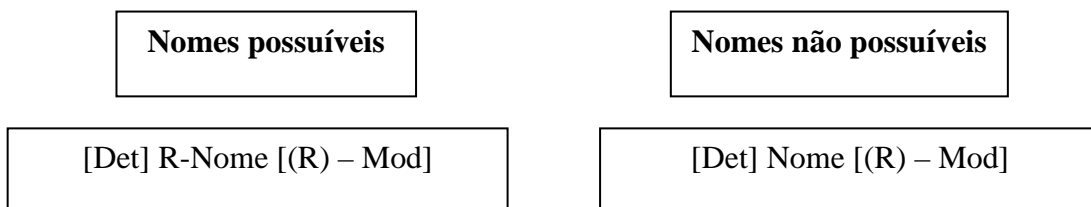
d) Sintagma nominal com determinantes e modificadores

Os nomes possuíveis poderão ser encontrados nas línguas com determinantes e modificadores.

- (11) *‘aŋ-a já ‘apepõ-a t-uwijaw-ama’e-a*
 esta-N panela-N R2-grande-Nom-N **Kamaiurá**
 ‘esta panela é uma que é grande’ (Seki,2000:118)
- (12) *inuhũ kahú r-apé-puhú-a anỹ*
 dois carro R1-caminho-novo-N CONJ **Guajá**
 ‘tem duas estradas novas também’

Assim o sintagma nominal pode ser representado pelo seguinte esquema:

Figura 2 - Sintagma nominal nas línguas Tupí-Guaraní



Num tratamento semântico sobre os sintagmas nominais, Heim e Kratzer (1998) definem que categorias lexicais, tais como adjetivos (A), verbos (V) e substantivos (N), são predicados semanticamente, o que indica que os NPs pertencem ao tipo predicativo. Dessa forma, segundo as autoras, seria necessária uma operação semântica para se transformarem em argumentos. Esta operação poderia ser realizada por meio de determinantes morfológicos, como os artigos, ou por outras categorias formais, mesmo que ocultas/nulas.

Nossa hipótese de trabalho é que, em línguas da família Tupí-Guaraní, isto parece ocorrer por meio dos prefixos relacionais, que estão presentes nas relações estabelecidas entre as classes gramaticais dentro do sintagma nominal, demonstrando

assim a importância do paradigma flexional para as línguas Tupí-Guaraní. Categorias não marcadas pela morfologia R (como os nomes interpretados como não-possuíveis) devem ser licenciados como argumentos a partir de operações sobre suas propriedades semânticas, pelo que são interpretados como definidos, ou como genéricos.

4.2 Definitude no sintagma nominal das línguas Tupí-Guaraní

Como apresentado no Capítulo 1, a definitude é marcada nas línguas do mundo por meios morfossintáticos diferentes, destacando-se a posição do artigo como um dos principais meios. Para Lyons (1999), a definitude é uma categoria morfossintática, que gramaticaliza a categoria pragmática de identificabilidade. A gramaticalização da definitude implica que a categoria D por si só é o veículo sintático da definitude semântica, apresentada sintaticamente como traço [+Def].

Se considerarmos as conclusões do Capítulo 2, em que apresentamos evidência para hipótese de que as línguas Tupí-Guaraní possuem em sua estrutura a categoria D, embora não possuam artigos, será necessário identificar que categorias são realizadas pela categoria D, que seriam responsáveis pela definitude nas línguas.

Dryer (2011) estabelece cinco formas de se estabelecer a definitude nas línguas: palavra definida que se distingue do demonstrativo; demonstrativos sendo utilizado como marcadores de definitude; afixos definidos nos nomes; línguas sem artigos definidos, mas com artigos indefinidos; línguas sem artigo definidos ou indefinidos. Essa classificação se aproxima da proposta de Lyons (1999), que estabelece a existência de línguas dos seguintes tipos:

Tipo I: não tem marcação de definitude;

Tipo II: definitude disponível apenas em frases nominais pronominais e

Tipo III: definitude disponível em sintagmas nominais pronominais e plenos.

Dryer (2011), ao apresentar as línguas com palavra definida que se distingue do demonstrativo, ressalta a importância de duas funções do artigo, que nem sempre são lembradas. Uma delas é a função anafórica, para se referir a algo mencionado no discurso anterior. A outra é a função não anafórica, para se referir a algo que não é mencionado no discurso anterior, mas cuja existência o falante assume como conhecida

pelo ouvinte. A função não anafórica é encontrada nos nomes não possuíveis nas línguas Tupí-Guaraní, já que a compreensão assumida pelo conhecimento geral do ouvinte ou das inferências que o ouvinte pode fazer no contexto é realizada sem necessidade de relacioná-lo a qualquer outro nome. Um das formas de identificarmos a referência anafórica nas línguas Tupí-Guaraní é por meio do uso dos prefixos relacionais, os quais remetem a um determinante expresso anteriormente na oração. No entanto, é necessário levar em consideração a classificação destes prefixos, pois o prefixo de contiguidade não terá este tratamento anafórico. Porém, conforme mencionado na introdução, parece estabelecer a codificação morfológica da relação com o sintagma possuidor, manifestando a referência definida.

Segundo Dryer (2011), em algumas línguas, os morfemas que codificam a definitude na língua parecem estar restritos ao uso anafórico, em que as descrições permitem atribuir-lhes traduções com o uso de artigos definidos. Um exemplo é a língua Mangarrayi (Língua isolada de um território do Norte da Austrália), em que a palavra é formada pela adição de um prefixo especial (gi-) (cf. (13)), o que permite a leitura definida.

- (13) *ja-gurw-n* *gi=nara* *Ø-gigmuli*
 3sg.3sg-circle-pres def-that m.acc-boy
 ‘He goes around the boy’
 Mangarrayi (Merlan 1982:44)

Note-se que, em algumas línguas, o elemento marcador de definitude é distinto das palavras demonstrativas, mas pode ser idêntico a um pronome de terceira pessoa. O exemplo (14) ilustra isto em Loniu (Língua austronésia; Admiralty Islands, Papua-Nova Guiné), em que podemos comparar o uso da terceira pessoa singular como pronome em (14a) e como artigo definido em (14b), em que a palavra que está dando definitude é diferente do demonstrativo, que segue o substantivo.

- (14) a. *iy* *kiʔ* *la* *elɛwen* b. *iy* *amat* *iy*
 3sg perf go far the man this
 ‘He went far’ ‘this man’

Loniu (Hamel 1994: 76, 100)

Nas línguas Tupí-Guaraní, o mesmo parece ocorrer com o prefixo relacional R2, que é analisado muitas vezes, dentro da literatura tupinista, como marcador de 3ª pessoa. No entanto, segundo Cabral (2001), a análise do relacional R2 como uma marca pessoal, integrando um paradigma de pronomes independentes, é problemática, pois viola princípios de análise linguística e nega o comportamento de mútua exclusividade dos prefixos, ilustrado a seguir (cf. também exemplos na introdução).

- (15) *'ηa* *∅-aká?-a*
 3msg R1-cabeça-N **Kayabí**
 'cabeça dele' (Dobson, 1997:70)
- (16) *i-pý-a*
 R2-pé-N **Assurini do Tocantis**
 'pé dele(s)'/dela(s)' (Cabral, 2001:241)
- (17) *bój-a* *i-juka-pýr-a*
 cobra-ARG R2-matar-NOM-ARG **Kayabí**
 'a cobra foi morta' (Figueira, 1878:8)

Observa-se, no exemplo (16), que a relação estabelecida pelo nome envolve uma 3ª pessoa da mesma forma que no exemplo (15), diferenciando-se apenas em relação à realização lexical do sintagma *'ηa*, interpretado como possuidor. No entanto, ao analisar (17), em que o relacional R2 ocorre em uma estrutura com nominalização, notaremos que o uso do prefixo *i-* indica que sintagma *'bój-a'* (cobra) não está em posição interna ao predicado, mas em posição externa, exatamente como o sujeito de orações absolutas.

No entanto, não são apenas os relacionais que se confundem com o uso da 3ª pessoa, alguns demonstrativos podem exercer o papel de pronome pessoal independente de 3ª pessoa na função sintática de sujeito (18), diferenciando-se dos casos em que aparecem como especificadores do nome (19).

(18) *a'é Ø-weh~e, ha=Ø-mymýr-a*
 DEM 3-nascer 1=R1-filho- N **Guajá**
 'ele nasceu, o meu filho' (Magalhães, 2007: 65)

(19) *a'é papé Ø-japo-há-Ø kú-a*
 DEM papel R1-fazer-NZRN aqui-N **Guajá**
 'este lápis (fazedor de papel) aqui' (Magalhães, 2007: 66)

É interessante notar que, nesses usos, eles precisam ser recuperados na oração por uma construção possessiva (cf. (18)) ou por outro demonstrativo/ locativo (cf. (19)).

O segundo tipo mostrado por Dryer (2011) envolve línguas em que uma das palavras demonstrativas é frequentemente utilizada como um marcador de definitude. Em muitas línguas, é possível usar palavras demonstrativas anafóricas para remeter a algo mencionado no discurso anterior. No entanto, as línguas diferem consideravelmente na frequência com que demonstrativos são utilizados desta forma. Em algumas línguas, em que o uso é relativamente incomum, os diferentes pronomes dos sintagmas nominais anafóricos geralmente não ocorrem com um demonstrativo. Em outras línguas, em que o uso de demonstrativo é muito comum, a maioria dos sintagmas nominais anafóricos ocorre com essa categoria.

Seki (2000), ao apresentar os procedimentos para realização da anáfora em kamaiurá, relata que a forma dêitica *a'e* marcada com sufixos casuais, ocorre como pronome, em função de sujeito e objeto de verbos, objeto de posposição, modificador na locução genitiva, como oblíquo, sendo ainda regularmente usada em construções com nominais, posposições e formas verbais dependentes, em que vêm anaforicamente relacionadas a um nominal deslocado para a posição imediatamente antecedente na sentença. Assim, o uso do demonstrativo anafórico é encontrado na língua kamaiurá, embora não seja possível saber se esse uso é muito comum e difundido nas línguas Tupí-Guaraní.

O uso dos demonstrativos de uso anafórico se diferencia dos outros tipo de demonstrativos, em que não é possível ter o uso referencial, como é o caso do demonstrativo de maneira *kĩ*, no Guajá, em que esse demonstrativo só pode ser utilizado como núcleo de construções adverbiais (cf. (20)) ou como núcleo de

predicados nominais em construções equativas.

- (20) *a-japó tá kĩ mehẽ*
1-fazer PROJ assim quando **Guajá**
'vou fazer assim!' (Magalhães, 2007: 71)

- (21) *a'é kĩ-a*
DEM assim-N **Guajá**
'é assim' (Magalhães, 2007: 71)

Em algumas línguas, em que o demonstrativo pode ser utilizado como um artigo definido, este ocorre em uma posição diferente no interior do sintagma nominal. Por exemplo, em Suaíli, o demonstrativo segue o substantivo quando utilizado demonstrativamente, mas precede o substantivo, quando utilizado como um artigo definido. A situação inversa se obtém em Ute (uto-asteca, Colorado; Givón 1980: 288-289), Shambala (Bantu; Tanzânia; Beshu 1993: 28), e Pa'a (Chadic; Nigéria; Skinner, 1979: 61-62). A diferença da posição dos demonstrativos também parece ocorrer nas línguas Tupí-Guaraní. No entanto, não é possível restringir a ocorrência na posição à esquerda do núcleo ao uso como artigo definido, mas podemos restringir à posição de especificador do sintagma. No exemplo (21), temos o uso do *a'é* na primeira posição como especificador, enquanto a categoria '*kĩ-a*' se encontra na segunda posição, como núcleo do predicado.

O terceiro tipo apresentado por Dryer (2011) envolve línguas em que o marcador definido é um afixo no substantivo, podendo ser um clítico, que pode aparecer com substantivos ou modificadores pós-nominais, mais comumente na última palavra no sintagma nominal. Tais clíticos definidos não são tratados como afixos definidos, mas como palavras definidas, o que cai em um dos dois primeiros tipos de línguas. Nossa proposta é que, nas línguas Tupí-Guaraní, o uso do prefixo relacional como marcador de definitude representaria a classificação dessas línguas como o terceiro tipo da tipologia de Dryer (2011).

Um morfema é tratado como um marcador de definitude quando codifica a especificidade na língua, ou seja, se ele marca não apenas sintagmas nominais definidos, mas também indefinidos específicos, como é o que ocorre em Línguas Tupí-Guaraní.

Há uma variedade de manifestações morfossintáticas de definitude que não

envolvem marcadores de definitude, mas que estão relacionados à estrutura da língua. No capítulo anterior vimos que a duplicação dos clíticos em Kayabí poderia ser uma forma de marcar a definitude nas línguas.

Além disso, Seki (2000) estabelece que, em orações não verbais, a marcação de caso “nuclear”, “não marcado” e “atributivo” no Kamaiurá poderia representar uma distinção semântica em termos de localização e existência, que dariam ou não uma leitura definida ao sintagma, conforme apresentado no quadro abaixo e nos exemplos (22), (23) e (24).

Quadro 3- Localização/ Existência no Kamaiurá (Seki, 2000)

Pred. Nom+ Loc	Pred. Nom. + Nuclear	Pred.Nom. + Atr.	Pred.Nom. + N.Marc.
Localização Existência	Identificação (a=b)	Pertença a uma classe (a ∈ B)	Pertença a uma classe (a ∈ B)
	Referente particular	Referente genérico	Referente genérico
	Permanentemente	Contingencialmente	Permanentemente

Seki,2000:151

(22) *je=tutyr-a morerekwar-a*
 1sg=tio-N chefe-N **Kamaiurá**
 “meu tio é o chefe” (Seki, 2000: 151)

(23) *je=tutyr-a morerekwat-Ø*
 1sg=tio-N chefe – NM **Kamaiurá**
 “meu tio é [um] chefe” (Seki, 2000: 151)

(24) *je=tutyr-a a-rak morerekwar-am*
 1sg=tio – N AT chefe -Atr **Kamaiurá**
 “meu tio esteve como chefe” (Seki, 2000: 151)

Então, porque não considerar o caso nuclear (N) como marcador de definitude

na língua? A resposta está relacionada ao tipo de tratamento que este sufixo tem nas línguas Tupí-Guaraní. Segundo Cabral (2001), este morfema é reconstruído para o Proto-Tupí-Guaraní, onde marcava formas em sua função argumental. Seu comportamento sintático e fonológico varia de língua para língua. Em línguas dessa família este morfema desapareceu ou permaneceu apenas associado à raiz. Estabelecer este morfema como marcador de definitude nas línguas é estabelecer que não existiria dentro da família Tupí-Guaraní um mesmo padrão para marcar a definitude.

A seguir são listados alguns argumentos que indicam não ser possível identificar o morfema –a como um marcador de definitude:

- i. O morfema -a pode ser realizado com pronomes demonstrativos referenciantes.

(25) *amõ mehẽ Ø-pá tá kú-a*
 outro quando 3-acabar PROJ aqui(sem movimento)-N **Guajá**
 ‘outro dia vai acabar (de construir) esse (telhado)’ (Magalhães, 2007:69)

- ii. O morfema –a pode ser realizado junto a pronomes pessoais, categorias que já possuem natureza definida.

(26) *ie-e’ym-a kwee ã-tym ‘ãwãxi-Ø ka-pe*
 1sg-NEG-N PASS.MED 1sg.I-plantar milho-N roça-LOC
 ‘não fui eu que plantei milho na roça’ **Tapirapé** (Praça, 2007:42)

- iii. O morfema –a pode ser realizado junto com nomes próprios, categorias que já possuem natureza definida.

(27) *kãtowyg-a rãka a-mor xe=Ø-we mayg-a*
 Kãtowyga-N PAS.REC 3.I-dar 1sg.II=R-POS remédio – N
 “foi Kãtowyga que me deu remédio” **Tapirapé** (Praça, 2007:42)

Desta forma, a hipótese presentemente formulada é a de que os prefixos relacionais seriam a morfologia que nas línguas Tupí-Guaraní seria responsável pela

marcação da definitude. Como demonstrado anteriormente, os pronomes demonstrativos em algumas ocasiões também poderiam estar localizados na posição Det, A seguir apresentaremos como a estrutura do sintagma nominal genitivo pode esclarecer quanto à marcação de R como Det.

4.3 A construção genitiva em Tupí-Guaraní

O sintagma nominal genitivo se correlaciona, por meio de algumas propriedades sintáticas e semânticas, com a identificação de determinados papéis temáticos (agente, tema, possuidor) e a possibilidade de expressá-los pelos pronomes possessivos (cf. Muller, 1997).

De acordo com Winston, Chaffin & Herman 1987, as relações semânticas denotadas em configurações genitivas dividem-se em dois tipos:

- relações meronímicas, que fazem a relação entre a parte e o todo, como em ‘o olho do gato’ e ‘a pétala da rosa’;
- relações não-meronímicas, que se subdividem em relações de *atribuição* ‘o cheiro da flor’ e de *posse* ‘a bicicleta da Ana’, esta última definida por uma relação mais durável e estável entre os seres e objetos.

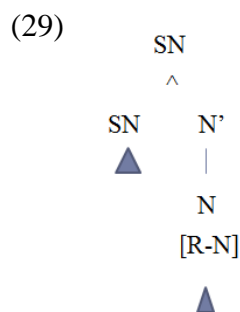
Nas línguas Tupí-Guaraní, essas diferenças semânticas são exploradas nas línguas pelo tipo de nome que está sendo realizado. Como foi apresentado na seção anterior, nomes possuíveis obrigatórios estabeleceriam as relações meronímicas da língua, sendo obrigatório o uso do prefixo relacional nesses casos. As relações não meronímicas de posse envolveriam os nomes possuíveis facultativos, que podem vir ou não marcados com o prefixo relacional, dependendo da presença da relação de determinação pelo sintagma possuidor, enquanto nas relações atributivas poderíamos ter todos os tipos de nomes, mas não seriam marcadas com o prefixo relacional.

Sendo assim, o uso do prefixo relacional é o mecanismo mais produtivo para relacionar dois nomes em línguas Tupí-Guaraní. Ele liga um nome a outro, tornando o segundo membro da construção determinado, definido e dependente em relação ao primeiro. A ordem dos termos dentro da construção é sempre possuidor/ possuído, em que a relação entre o **núcleo** do sintagma nominal (*possuído*) e o *sintagma modificador*

(*possuidor/ atributo*) é morfologicamente marcado no **núcleo** (e não no *sintagma modificador/possuidor*).

Portanto, as estruturas genitivas das línguas Tupí-Guaraní podem ser assim descritas:

(28) [SN [SN_{determinante}] R-N_{núcleo determinado}] = construção genitiva



Ressalta-se que a codificação pronominal do possuidor em línguas Tupí-Guaraní é realizada na relação entre nome e pronome pessoal, sendo a relação de posse estabelecida pelo uso do prefixo relacional.

(30) *ha= Ø-mymý r-ú-a Ø-manũ*
 1=R1-filho R1-pai-N 1-morrer **Guajá**
 ‘o pai do meu filho morreu’ (Magalhães, 2007: 17)

Os pronomes pessoais são expressões nominais referenciais. Segundo Lyons (1999), eles podem ser considerados como estruturas inerentemente definidas. Tomando como base a hipótese DP acima apresentada, eles deveriam ser tratados como categorias D, que projetam DP’s, codificando um traço lexical de N, traços morfológicos de pessoa, número, gênero e traços semânticos de definitude e especificidade.

No que se relaciona aos possessivos, existem muitas semelhanças em relação aos pronomes pessoais, conforme indicado pelos traços em (32):

(32) Traços em comuns entre pronomes pessoais e pronomes possessivos:
 +N,+ pessoa, + caso, +número (relacionado com a pessoa gramatical), + gênero (relacionado a pessoa gramatical) e + específico (exceto quando uma 3ª pessoa é ligada por um antecedente quantificacional)

No entanto, quando ocorrem com nomes, os possessivos podem ser caracterizados ou não, conforme a língua, por traços de número e gênero em relação ao nome possuído. Assim, em algumas línguas, exprimem valores de definitude, enquanto em outras não.

(33) Traços específicos dos possessivos: +/- número, +/- gênero, +/- definido

Levanto em consideração a possibilidade de os pronomes possessivos expressarem valores de definitude, na seção a seguir, será apresentada a distinção entre línguas de genitivo determinante e línguas de genitivo adjetival.

4.4 Definitude e sintagmas genitivos nas línguas Tupí-Guaraní

Conforme observado em Lyons (1999: 23-25), existe variação translinguística em relação à possibilidade de possessivos tornarem o sintagma nominal uma expressão definida, havendo, portanto, a distinção entre línguas do tipo genitivo-determinante (*DG languages*) e línguas do tipo genitivo-adjetival (*AG languages*). Línguas como o inglês ilustram o grupo DG, uma vez que expressões como *my cousin*, *Fred's only friend*, *a visitor's hat* podem ser parafraseadas por *the car belonging to me* e *the only friend Fred has*, *the hat of a visitor*¹³, este último sendo usado para demonstrar que o estatuto indefinido do sintagma modificador *a visitor* não impede que a paráfrase seja definida.

Línguas como o italiano (e o português) ilustram o tipo AG, uma vez que a posse por sintagma nominal pleno é expressa em configuração preposicional, como em *il libro di Carlo*/*o livro de Carlos*, uma estrutura que admite a realização em um sintagma nominal indefinido, como em *un libro di Carlo*/*um livro de Carlos*. Igualmente, pronomes possessivos podem ocorrer em sintagmas nominais definidos e indefinidos, como em *il mio libro*; *un mio libro*/*o meu livro*; *um livro meu*. Em línguas

¹³ Agradeço a professora Cristina Schmitt por apontar-me o dado em (i), observando que comporta a leitura genérica. Sendo assim, não se enquadra na generalização de que os sintagmas possessivos com o genitivo em “-s” são sempre definidos. No entanto, se o sintagma possuído está no plural, admite duas paráfrases (uma definida e uma genérica).

(i) Some student's books/ The books of some students/ Books of some student
Para o presente estudo, é relevante o fato de que a interpretação indeterminada do possuidor não impede que seja construída uma paráfrase definida.

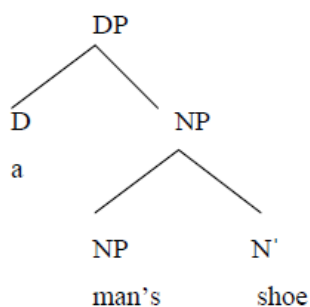
DG, a previsão é que pronomes possessivos não co-ocorram com artigos, o que se confirma em inglês.¹⁴

Na análise de Lyons (1999), determinantes possessivos não são especificados como definidos, diferentemente dos demonstrativos, que são inerentemente definidos. Cabe, então, estabelecer as condições que determinam o caráter definido dos sintagmas nominais possessivos em línguas DG.¹⁵ Em particular, o autor propõe que a definitude da estrutura possessiva em línguas DG é consequência de o possessivo estar em alguma posição DET, na projeção do sintagma determinante, o que é possível pelo fato de essa posição estar disponível. Nesse sentido, (in)definitude é determinada pela estrutura sintática, o que significa que a variação translinguística não está na estrutura formal dos possessivos, mas na posição em que são realizados.

Seguindo a proposta de Lyons, temos a diferenciação da projeção sintática entre as línguas DG e AG. Em línguas DG, o possessivo aparecerá na posição ocupada pelo artigo definido ou por outros determinantes definidos, enquanto em línguas AG os possessivos estarão em uma posição adjetival.

Dessa forma, enquanto no genitivo determinante o possuidor é realizado na posição Spec/DP, no genitivo adjetival ele ocorre adjungido à projeção nominal (possuído). Sendo assim, estruturas de genitivo determinate demonstram a possibilidade da representação de um DP completo, opondo-se ao que ocorre com o genitivo adjetival, em que a relação genitiva é projetada no nível do NP. Tal contraste é apresentado em Munn (1995) da seguinte maneira:

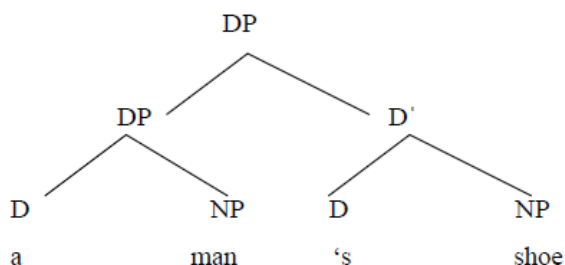
LÍNGUAS AG



¹⁴ Lyons (1999: 130) observa que o morfema 's em inglês tem sido analisado como um determinante definido. Essa proposta vem ao encontro da análise para as línguas TG a ser detalhada na próxima seção.

¹⁵ Cabe notar que línguas estritamente AG podem manifestar o tipo DG. É o caso do albanês, em que o artigo definido não ocorre em configurações genitivas que denotam posse inalienável. Em francês, uma língua AG, sintagmas genitivos com pronomes possessivos realizam o tipo DG, na medida em que não co-ocorrem com determinantes definidos/artigos (cf. **le mon livre*).

LÍNGUAS DG



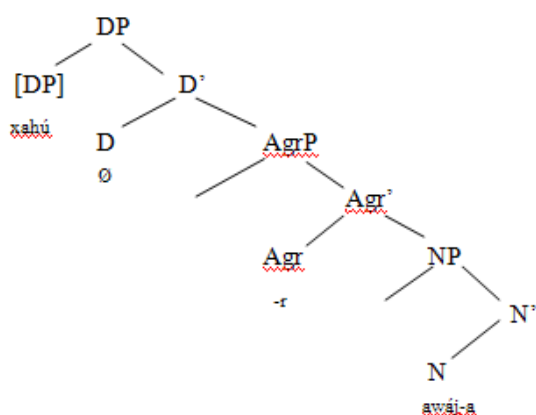
Vimos na seção 4.3 que a configuração genitiva em línguas Tupí-Guaraní inclui o prefixo R, que marca a relação entre o núcleo (o possuído) e o modificador do nome (o possuidor). Assumindo-se a hipótese de que, na ausência de artigo, o sintagma genitivo (*possuidor*) realiza a categoria determinante (Det), conclui-se que o sintagma possessivo é interpretado como definido, o que permite afirmar que as línguas TG são do tipo DG.

Conforme mencionado anteriormente, as línguas TG não possuem artigo. Nossa proposta é a de que o sintagma nominal possessivo é um DP, sendo interpretado como definido. Propomos que, nessa configuração, o prefixo R é um marcador afixal de *definitude*, mediante a operação Agree. Em particular, propomos que, em línguas TG, o sintagma *possuidor* – lexical ou nulo – é licenciado no especificador de DP, o qual seleciona AgrP. Por sua vez, o núcleo Agr é realizado pelo morfema R, sendo a operação AGREE determinada pela relação argumental entre o núcleo nominal (*possuído*) e o sintagma possuidor, o que implica que R seja marcado por traços formais de natureza nominal. Seguindo análises prévias (cf. Grannier 2002; Salles 2007; Aguiar & Salles (2011)), assumimos que R é um marcador de ergativização/ inacusatividade, já que marca a relação com um argumento interno, seja ele selecionado por uma categoria nominal (configuração genitiva), verbal (configuração transitiva/inacusativa) ou posposicional. Propomos então que o morfema R realiza o traço nominal interpretável [+Def], em D. No entanto, ao ser inserido na configuração nominal, realiza o núcleo Agr, licenciando o traço nominal D (não interpretável), o qual é licenciado pelos traços

nominais interpretáveis do constituinte na posição de especificador de DP. É o que está ilustrado em (34'), referente ao dado em (34):

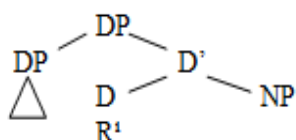
(34) *xahú r-awáj-a* Guajá
 porcão R¹-rabo-NARG
 ‘o rabo do porcão’ (Magalhães, 2007)

(34') [DP [DP *xahú*genitivo=possuidor] [D' øDET [AgrP r-Agr [NP *awáj-a*]]]



Seguindo a perspectiva de Lyons (1999), a interpretação ‘definida’ do sintagma genitivo independe da interpretação do sintagma *possuidor*, que pode ser definido ou indefinido. Nesse sentido, a análise contempla a tipologia de morfemas R, que retomamos a seguir:

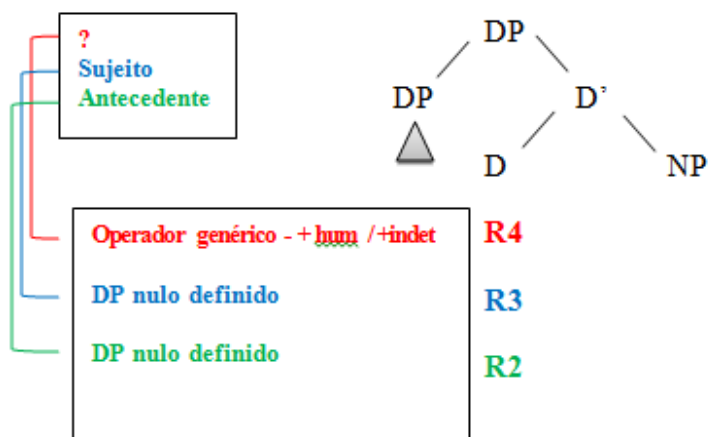
(a) o prefixo R1: marca a presença de um argumento interno à esquerda do núcleo, o que permite afirmar que o sintagma tem um referente específico. A representação estrutural poderia ser assim descrita:



(b) os prefixos R2 e R3: indicam que o argumento interno não é realizado lexicalmente; sendo assim, a referência do sintagma genitivo é determinada por processo anafórico;

(c) o prefixo R4: codifica a relação com um argumento interno nulo interpretado como genérico/ indeterminado – marcado pelo traço [+humano]; opõe-se ao prefixo R2.

Assim, a representação da estrutura dos prefixos ditos de não contiguidade poderia ser assim descrita:



A ideia de discutir a morfologia R em termos da codificação da referência do ‘nome a que se liga é desenvolvida em Carvalho (2007). Nesse estudo, o autor propõe que ‘um morfema relacional’ (isto é, um membro do conjunto R) vai aparecer em uma construção sempre que uma interpretação referencial é atribuída ao argumento interno de um predicado’ (p. 433) [traduzido pelas autoras]. A abordagem do autor vai ao encontro da presente proposta, na medida em que o sintagma possessivo é um dos tipos de contextos em que se manifesta a morfologia R.. Tal situação distingue-se dos casos em que o genitivo é adjetival/ modificador (GM), o qual é adjungido no nível do NP (e não do DP). Conforme observado em Yeghiazaryan (2010), na análise de dados do armênio, “o sintagma nominal contendo o GM passa a denotar um subconjunto do conjunto expresso, sendo insensível a (in)definitude do mesmo.” (p. 186)

De fato, em diferentes línguas TG, na composição, a morfologia R não se manifesta. Vale destacar, porém, o caso do guajá, em que o morfema R1 é identificado, mas tudo indica que está lexicalizado nessa posição, pois não existe a possibilidade de alternância com os demais tipos (R2, R3, R4).

(35) *wý r-ary-a*

terra-R1-duro-N

Guajá

‘cimento’ (Magalhães, 2007:166)

4.5 Sintagma nominal, definitude e animacidade em línguas Tupí-Guaraní

Nesta seção, discutimos a importância da marcação de número em relação à marcação de animacidade, e os prefixos relacionais. Em muitas línguas, apenas sintagmas nominais animados possuem uma distinção de número. Nas línguas Tupí-Guaraní, a utilização do prefixo R4 marcando o traço [+animado], demonstra o uso deste prefixo no sentido de conjunto, genérico, coletivo (cf. (36)).

- (36) *i – pó – a*
R4-mão-N **Guajá**
'mão de gente' (Magalhães, 2007:131)

Nas línguas Tupí-Guaraní, foi observado o uso do prefixo R4 apenas na relação de genitivo, ou seja, na função de determinante do predicado que tem como núcleo um nome, portanto, tal característica é importante para se definir o traço [+humano] nesta relação.

Esta posse, como podemos observar no sintagma nominal em (36), envolve a posse inalienável, o que explica a necessidade de apresentação de um dependente. Com isso, o nome que ocorre como possuído desta relação, geralmente, pertence à classe dos nomes relacionais (mas é possível ocorrer também com nomes alienáveis).

Como aponta Rodrigues (2001), existe uma diferença entre o prefixo R2 e o R4 associada à animacidade dos dependentes, em que o traço [+humano] faz a diferença na distribuição desses prefixos. O que iremos notar é que o prefixo R2 ocorre ainda em um contexto em que não há um antecedente que determine seus traços referenciais, o que remete a uma interpretação com características genéricas e indefinidas para o termo a que se refere o predicado, conforme ilustrado a seguir:

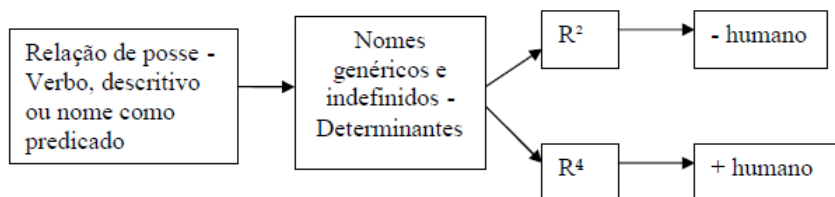
- (24) *h-awyhú juhú* **Guajá**
azul claro (lit.: *o azul claro [de algo]*)'

Assim, o traço [+/-humano] / [+/-animado] está presente na distribuição do morfema R: na presença do traço [+animado], tem-se a configuração possessiva, sendo

possuidor interpretado como 3ª pessoa indeterminando; na presença do traço [-animado], tem-se a configuração atributiva.

Desta forma, podemos construir um esquema para a distribuição do R2 e do R4 como a seguir, em que ambos compartilham a não existência de uma antecedente expresso:

Figura 3 - R2 e R4 nas línguas Tupí-Guaraní



Para concluir, da mesma forma que encontramos línguas que fazem a distinção de número como uma forma de marcar a animacidade, teremos no Tupí-Guaraní o uso de determinados prefixo para marcar a animacidade em determinado contexto, demonstrando mais uma vez a importância desta marca como uma característica exclusiva e definidora de traços dentro da morfologia, da sintaxe e da semântica das línguas em geral e, em particular, do Tupí-Guaraní.

4.6 Conclusão do Capítulo

A hipótese presentemente formulada neste capítulo é a de que as línguas Tupí-Guaraní apresentam a categoria D preenchida, ora por pronomes demonstrativos, em posição referenciante, ora por prefixos relacionais, que, em estruturas possessivas, determinaria a definitude nessas línguas.

Para isso considerou-se que as línguas Tupí-Guaraní seriam do tipo Genitivo - Determinante, conforme proposta feita por Lyons (1999), originalmente desenvolvida em Munn (1995), para o inglês, e retomada em Yeghiazaryan (2010), para o armênio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa hipótese vem corroborar a análise proposta originalmente em Rodrigues (1981), e retomada em vários autores (cf. Cabral 2001; Magalhães 2007, e referências citadas), em relação às propriedades dos prefixos relacionais, na medida em que propõe a existência de condição independente para a manifestação dessa categoria no nível da configuração nominal, sem excluir as condições para sua ocorrência no nível do sintagma verbal e posposicional.

O objetivo geral foi o de apresentar um estudo conciso de como é realizada a definitude nas línguas Tupí-Guaraní, de modo a aprofundar a análise das estruturas morfológicas e do contexto sintático, diante da hipótese da realização da categoria D nessas línguas.

Entre os temas abordados nesta dissertação, vale ressaltar os seguintes pontos:

1. a proposta de que as línguas Tupí-Guaraní teriam a categoria D. Apesar de não terem artigos definidos, as línguas Tupí-Guaranáí teriam estruturas que ocupariam a posição D, codificando o traço [+def] na estrutura do sintagma nominal;
2. a descrição da flexão relacional dentro da estrutura do sintagma nominal, por tratar-se de um fenômeno essencial para a compreensão da morfossintaxe da língua.
3. a proposta de considerar as estruturas possessivas das línguas Tupí-Guaraní como projeções da categoria D, o que permite analisá-las como línguas do tipo DG, em que o possessivo tem o efeito de induzir uma interpretação definida no sintagma nominal que ele modifica. Propõe-se que o morfema R, presente na estrutura genitiva, codifica a definitude.

Esta tese foi apenas um passo inicial na tentativa de descrever as possibilidades da realização de estruturas definidas nas línguas Tupí-Guaraní, sendo necessário um estudo mais aprofundado sobre a estrutura DP nestas línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, S. *The English Noun Phrase and its Sentential Aspect*. PH.D. dissertation, MIT, Cambridge. 1987.
- ABBOTT, B. *A pragmatic account of the definiteness effect in existential sentences*. Journal of Pragmatics, n. 19, 1993.
- AGUIAR, A. G. G. *Os prefixos relacionais no Guajá*. Projeto de curso, 2009. Inédito.
- _____. & SALLES, H. M. L. *Marcação de definitude em sintagmas nominais de línguas da família Tupí-Guaraní*. In: Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 10, 2012, Cascavel, PR. CORBARI, Alcione Tereza (Org.). **Anais...** Cascavel, [s.n.], 2012. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/10/artigos/AnaAmaliaSouza.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2012.
- BARWISE, J.; COOPER, R. *Generalized quantifiers and natural language*. Linguistics and Philosophy, n. 4, p.159-219,1981.
- BELLETTI, A. *The case of unaccusatives*. Linguistic Inquiry, v. 19, n. 1, p. 1-34,1988.
- BOŠKOVIĆ, Ž. *What will you have, DP or NP?* In *Proceedings of NELS 37*. 2008.
- _____. *On the locality of left branch extraction and the structure of NP*. Studia Linguistica 59: 1-45. 2005.
- _____. *Phases beyond clauses*. Ms., University of Connecticut, Storrs. 2010.
- CABRAL, A. S. A. C. *Flexão Relacional na família Tupí -Guaraní*. Boletim da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), Fortaleza, v. 25, p. 233 -262. 2001.
- _____. & COSTA L.S. *Xikrín e línguas Tupí-Guaraní: marcas relacionais*. In D'Angelis, Wilmar da R. (org.), *LIAMES (Anais do II Encontro Macro-Jê)*, 4, p. 7-19. Campinas: Editora Unicamp.2004
- _____. & RODRIGUES, A. D. (Coord.). *Estudos sobre línguas indígenas*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001.
- CARVALHO, M. G. P. de. *Sinais de morte ou vitalidade? Mudanças estruturais da língua Tembé*. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Pará. 2001.
- CARVALHO, F. O. *Relational morphemes, argument structure, and morphological explanation*. In A. S. C. Cabral & A. D. Rodrigues (orgs.) *Línguas e Culturas dos Povos Tupí*. Campinas, SP: Curt Nimuendaju. 2007.

- CHIERCHIA, G. *Reference to Kinds across Languages*. *Natural Language Semantics* 6, 339-405. 1998.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, PR: EDUEL, 2003
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press. 1995.
- _____. *Derivation by Phase*. MITWPL 18. 1999.
- _____. *Rules and Representations*. New York: Columbia University Press. 1980.
- CHRISTOPHERSEN, P. *The articles. A study of their theory and use in English*. Copen-hagen: Munksgaard.1939.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology (Syntax and morphology)*. Chicago: Univ Chicago Press. 1981.
- DELSING, L.O. *The Scandinavian Noun Phrase*. Working Papers in Scandinavian Syntax 42: 57-79. 1988.
- DIETRICH, W. *O tronco Tupí e as suas famílias de línguas, Classificação e esboço tipológico*. O português e o Tupí no Brasil. Editora Contexto. p. 25. 2010.
- _____. *Categorias lexicais nas línguas Tupí-Guaraní (visão comparativa)*. In Queixalos (ed), *Dês nom set dê s verbes em tupi-guarani*. p. 23-37. Lincom Europa, Muenchen. 2001.
- DIXON. R. M. W. *Where Have All the Adjectives Gone?*. and other Essays in Semantics and Syntax. 1982.
- DOBSON, R. M. *Aspectos da Língua Kayabí*. Série Linguística. N 12. Brasília: SIL, 1988.
- DOOLEY, R. A. (Red.) *Estudos sobre línguas Tupí no Brasil*. Brasília, DF: Summer Institute of Linguistics, 1984.
- DRYER, M. S. 2011. *Definite Articles*. In: Dryer, Matthew S. & Haspelmath, Martin (eds.). *The World Atlas of Languages Structures Online*. Munich: Max Planck Digital Library, chapter 37. Available online at <http://wals.info/chapter/37>. Accessed on 05/03/2013.
- GIVÓN, T. (2001). *Syntax*. Volume I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company
- GRANNIER, Daniele. *Aspectos da Morfossintaxe do Guarani Antigo*. Maceió: UFAL. Tese de Doutorado. 2002.

- GREEN, Diana. *Diferenças entre termos numéricos em algumas línguas indígenas do Brasil*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia 13(2): 179-207. 1997. Disponível em <http://www.sil.org/americas/brasil/SILbpub.html>
- GOMES, N. S. *Clíticos, Redobro e Variação na Ordem na Língua Caiabi (Família Tupí-Guaraní)*. Revista Philologus, Ano 14, N° 42. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2008.
- HAWKINS, J. A. *Definiteness and indefiniteness: A study in reference and grammaticality prediction*. London: Croom Helm. 1978.
- HORNSTEIN, N., NUNES, J. & GROHMANN, K. *Understanding Minimalism*. New York: Cambridge University Press. 2005.
- JACKENDOFF, R. *X-bar syntax*. Cambridge MA: MIT Press. 1977.
- JENSEN, C. *O desenvolvimento historic da língua Wayampi*. Campinas, Brasil: Editioa Unicamp. 1989.
- KEENAN, E. *A semantic definition of "indefinite NP"*. In: REULAND, E.; MEULEN, A. G. B. ter (Eds.). *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, Mass.: The MIT Press. p. 14. 1987.
- LAWLER, J. *Studies in English generics*. University of Michigan Papers in Linguistics 1. 1973.
- LONGOBARDI, G. *Reference and Proper Names : A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form*. Linguistic Inquiry 25,4 : 609-665. 1994.
- LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge, Cambridge University Press. 1999.
- MAGALHÃES, Marina Maria Silva. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. 2007.
- MCNALLY, L. *A Semantics for the English Existential Construction*. New York: Garland, 1997.
- MILSARK, G. *Existential Sentences in English*. Cambridge, Mass. Tese (Doutorado) - Department of Linguistics, MIT. 1974.
- _____. *Toward an explanation of certain peculiarities of the existential construction in English*. Linguistic Analysis, v. 3, n. 1, p. 1-29, 1977.
- OUHALLA, J. *The Syntax of head Movement: a study of Berber*. Ph.D. Diss. UCL.1988
- PRAÇA, Walkíria Neiva. *Morfossintaxe da língua Tapirapé* . Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. 2007.

- PARTEE, B. *A note on Mandarin possessives, demonstratives, and definiteness*. In *Drawing the Boundaries of Meaning: Neo-Gricean Studies in Pragmatics and Semantics in Honor of Laurence R. Horn*, ed. by Betty J. Birner and Gregory Ward, 263-280. Amsterdam: John Benjamins. 2006.
- POLLOCK, J-Y. *Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP*, *Linguistic Inquiry* 20 (3): 365-424. 1989.
- QUEIXALOS, F. 2006. *The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani*. In Lois, X. & Vapnarsky, C. (eds). *Lexical Categories and Root Classes in Amerindian Languages*, Bern: Peter Lang International Academic Publishers.
- RADFORD, A. *Syntactic theory and the structure of English*. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.
- _____. *English Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Sobre a natureza do caso argumentativo*. In Queixalos (ed), *Dês Nom set dê s verbes em tupi-guarani*, p. 103-114. Lincom Europa, Muenchen. 2001a.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Flexão relacional no tronco lingüístico Macro-Jê* *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN)*, Fortaleza, v. 25, p.219-231. 2001b.
- _____. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola. 1986.
- _____. *Argumento e predicado em Tupinambá*. *Boletim da ABRALIN*, n. 19, p. 57-66. 1996.
- RAPOSO, E. *Categorias Funcionais na Gramática Gerativa*. *D.E.L.T.A.* 9(2):237-274. 1993.
- RITTER, E. *NSO nouns in Modern Hebrew*. *Proceedings of NELS 17*. 521-537. 1987.
- _____. *Two Functional Categories in Noun Phrases: Evidence from Modern Hebrew*. In S. Rothstein (ed.) *Syntax & Semantics 26*, Academic Press, San Diego, pp. 37-62. 1991.
- ROUVERET, A. *Functional Categories and Agreement*. *The Linguistic Review*, 8: 353,387. 1991.
- SAFIR, K. *Syntactic Chains and the Definiteness Effect*. Cambridge, Mass. Tese (Doutorado) - Department of Linguistics, MIT.1982.

- SAFIR, K. *What explains the definiteness effect?* In: REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. ter (Ed.). *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1987.
- SZABOLSCI, A. *The Possessors that run away from home*. *The Linguistic Review* 3:98,102. 1983.
- _____. *Functional Categories in the Noun Phrase*. In: Kenesei (ed.) *Approaches to Hungarian* 2, 167-190-JTE. Szeged. 1987.
- _____. *The Noun Phrase*. N F. Kiefer and K. Kiss (eds) *Syntax and Semantics 27 The Syntactic Structure of Hungarian*. Academic Press, pp. 179,274. 1994.
- SALLES, H. M. L. *Grammatical encoding of anaphoric relations in Tupí Guaraní languages*. In DEAL, A-R. *University of Massachusetts Occasional Papers/UMOP 35: Proceedings of the 4th Conference on the Semantics of Underrepresented Languages of the Americas*, 231-246. 2007.
- _____. & AGUIAR. A.G.G. *Prefixos relacionais na codificação de referencialidade*. Trabalho apresentado no III Encontro Internacional de Línguas e Cultura Tupí, Departamento de Lingüística, UnB, 2010.
- SEKY, L. *Gramática do Kamaiurá, língua Tupí-Guaraní do Alto Xingu*. Campinas: Editora da UNICAMP. 2000.
- SMITH, N. V. *On generics*. *Transactions of the Philological Society*, 27-48. 1975.
- TARALDSEN, K. *D-projections and N-projections in Norwegian*. In J. Mascarò and Marina Nespor (eds) *Grammar in Progress*. Dordrecht: Foris, pp. 419-431. 1990.
- VON HEUSINGER, K. & KAISER, G. A. *Animacy, specificity, and definiteness in spanish*. In: _____. *Proceedings of the workshop "semantic and syntactic aspects of specificity in romance languages"*. Arbeitspapier 113. Fachbereich Sprachwissenschaft, Universität Konstanz. p. 67-101. 2003.
- VIOTTI, E. *Definiteness and existentials*. Trabalho apresentado no 1.º Workshop de Semântica do Português do Brasil, Departamento de Lingüística, USP, 2000a.
- _____. *Sentenças existenciais construídas com sintagmas nominais introduzidos pelo artigo definido*. In: *Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, 16., Portugal, Coimbra. Actas. Coimbra: Universidade de Coimbra. P. 759 – 770. 2000b.
- _____. *Definites in existential sentences*. In: *Conferência Internacional de Lingüística Cognitiva*, 7., 2001, Santa Bárbara. Universidade da Califórnia.

_____. *A estrutura sintática das sentenças existenciais e o efeito de definitude: semelhanças e diferenças entre o inglês e o português do Brasil*. Revista Letras, Curitiba, n. 58, p 371 – 395. Editora UFPR. 2002

ZLATIĆ, L. *The structure of the Serbian Noun Phrase*. PhD dissertation, University of Texas..1997.

YEGHIAZARYAN, L. *Caso, definitude e os sintagmas nominais no armênio*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. 2010.

WILLIM, E. *On the grammar of Polish nominals*. In Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik, ed. by Roger Martin, David Michaels, and Juan Uriagereka, 319-346. Cambridge, Mass.: MIT Press. 2000.

WINSTON, CHAFFIN & HERMAN. *A taxonomy of cognitive relations*. Cognitive Sciences, 417-444. 1987.